



---

# Impacto dos conflitos militares nos direitos humanos dos jovens, mulheres e crianças na região do Vale do Zambeze

---

Egídio Chaimite e Gerson Selemane

RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO

IESE - 2024

## Agradecimentos

Este relatório resulta da colaboração entre o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e o Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), no âmbito do Programa IGUAL, financiado pela Embaixada do Reino dos Países Baixos. O Programa IGUAL tem como objectivo principal fortalecer as organizações da sociedade civil em Moçambique, promovendo os direitos humanos, o empoderamento de mulheres e jovens, e o engajamento cívico inclusivo e responsável, contribuindo para uma sociedade mais justa e sustentável.

O IESE agradece o apoio do Programa IGUAL, do CESC e da Embaixada do Reino dos Países Baixos, cujo financiamento tornou possível esta pesquisa. Extensivos agradecimentos são dirigidos aos deslocados, ex-guerrilheiros da Renamo, soldados das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, líderes comunitários e cidadãos entrevistados, que compartilharam generosamente suas histórias, experiências e percepções, enriquecendo de maneira única o conteúdo deste documento.

<b>LISTA DE FIGURAS E TABELAS .....</b>	<b>iii</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS.....</b>	<b>iv</b>
<b>Sumário .....</b>	<b>v</b>
1. Introdução .....	1
1.1 Metodologia .....	1
1.2 Limitações.....	3
1.3 Organização do estudo .....	4
<b>2. Direitos Humanos em contextos de guerra.....</b>	<b>5</b>
2.1 Direitos das Crianças .....	5
2.2 Direitos das Mulheres .....	5
2.3 Direitos dos Jovens.....	6
2.4 Leis e convenções fundamentais sobre direitos humanos em contextos de guerra.....	7
<b>3. Jovens, mulheres e crianças na segunda guerra civil .....</b>	<b>8</b>
3.1 Renamo: o retorno a serra de Gorongosa.....	8
3.2 A constituição da Junta Militar da Renamo (JMR) .....	10
3.3 As Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM): o grupo trovoada .....	12
<b>4. Violação de direitos humanos durante a guerra.....</b>	<b>15</b>
<b>5. Violações que persistem: direitos humanos nos campos de deslocados internos .....</b>	<b>21</b>
5.1. Abrigos.....	22
5.2. Água e saneamento .....	23
5.3. Alimentação .....	24
5.4. Gestão dos CDI .....	25
<b>6. Jovens, mulheres e crianças nos CDI .....</b>	<b>27</b>
6.1 Jovens nos CDI .....	28
6.2 Mulheres nos CDI.....	29
6.3 Crianças nos CDI.....	30
6.4 Pessoas com deficiência nos CDI.....	30
<b>Conclusão .....</b>	<b>31</b>
<b>Recomendações .....</b>	<b>32</b>
<b>Referências.....</b>	<b>34</b>

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Lista dos entrevistados .....	3
<b>Tabela 2:</b> Circuito dos deslocamentos nos locais estudados.....	21
<b>Figura 1:</b> Campo de deslocados internos de Chissai, em Gondola (Manica).....	2
<b>Figura 2:</b> Deslocados no campo de deslocados internos de Mutindiri, em Chibabava (Sofala).....	2
<b>Figura 3:</b> Serra da Gorongosa, Satungira.....	9
<b>Figura 4:</b> Destroços de uma viatura de transporte público alegadamente atacada e incendiada pela JMR em Pindaganda, Gondola.....	16

## LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

**ACLED** – Armed Conflict Location & Event Data Project

**AGP** – Acordo Geral de Paz

**CDI** – Campos de Deslocados Internos

**CESC** – Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil

**CEDAW** – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

**CRC** – Convenção sobre os Direitos da Criança

**DDR** – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

**DW** – Deutsche Welle

**EN1** – Estrada Nacional Número 1

**FADM** – Forças Armadas de Defesa de Moçambique

**FDS** – Forças de Defesa e Segurança

**IESE** – Instituto de Estudos Sociais e Económicos

**INAS** – Instituto Nacional de Acção Social

**JMR** – Junta Militar da Renamo

**OAM** – Ordem dos Advogados de Moçambique

**OIM** – Organização Internacional para as Migrações

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OSC** – Organizações da Sociedade Civil

**PNADH** – Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos

**UIR** – Unidade de Intervenção Rápida

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## Sumário

Este estudo examina a relação entre conflitos armados e direitos humanos, com enfoque na segunda guerra civil em Moçambique (2013-2021). O objetivo é analisar o impacto desse conflito nos direitos humanos dos jovens, mulheres e crianças do Vale do Zambeze, uma das regiões mais afectadas pelas guerras no país. Paralelamente, busca-se compreender as dinâmicas específicas dessa guerra, com destaque para os processos de recrutamento, treinamento e as acções das forças envolvidas. A pesquisa foi desenvolvida pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e financiada pelo programa IGUAL, do Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC).

No contexto legal, Moçambique é signatário de diversos tratados e convenções relevantes para a protecção dos direitos humanos em contexto de guerra. A Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) estabelecem directrizes para a protecção desses grupos em tempos de guerra. A Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sublinha a importância da participação feminina nos processos de paz e reconstrução. Ademais, a adesão às Convenções de Genebra e ao Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional reforça o compromisso do país com a protecção de civis e a responsabilização por crimes de guerra. A nível regional, a ratificação da Convenção de Kampala em 2017 foi um marco, assumindo o compromisso de proteger e assistir deslocados internos (IDPs). Internamente, o governo lançou a Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos (PEGDI) em 2021, e aprovou a Lei de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) em 2019.

Apesar desse quadro normativo abrangente, a implementação enfrenta desafios. Durante a guerra, as forças envolvidas cometeram graves violações de direitos humanos, incluindo assassinatos, tortura, violência sexual, pilhagem e destruição de propriedades. Crianças em campos de deslocados internos (CDIs) enfrentaram interrupções na educação e dificuldades de acesso à saúde, o que agravou a sua vulnerabilidade e comprometeu seu desenvolvimento. As mulheres continuaram expostas a violência sexual, marginalização económica e exclusão social, sem o suporte psicológico necessário para superar traumas. Jovens, alguns atraídos pela promessa de benefícios financeiros, integraram as fileiras das forças armadas e guerrilhas, mas enfrentaram dificuldades de reintegração e falta de oportunidades profissionais após o conflito. A situação das pessoas com deficiência foi igualmente crítica, devido ao isolamento e à falta de assistência adequada nos CDIs.

Perante este cenário, o estudo recomenda uma série de medidas urgentes para mitigar esses impactos. É essencial garantir educação contínua e cuidados de saúde para crianças deslocadas, além de fortalecer o apoio a sobreviventes de violência sexual e promover a autonomia económica das mulheres. A criação de programas de formação profissional e reintegração para jovens é igualmente crucial para evitar sua exclusão e prevenir novos conflitos. As pessoas com deficiência devem ser incluídas em todas as iniciativas, assegurando plena acessibilidade e autonomia. A coordenação entre governo, ONGs e sociedade civil deve ser aprimorada para garantir uma resposta eficaz e integrada. As FADM precisam de formação mais sólida em direitos humanos para evitar violações futuras.

A adopção de políticas inclusivas e de longo prazo é fundamental para romper ciclos históricos de violência e construir um futuro mais justo no Vale do Zambeze. A falta de acção frente às violações e desigualdades pode transformar essas questões em factores de risco para novos conflitos, agravando a vulnerabilidade de uma região marcada por guerras recorrentes.

## 1. Introdução

A história de Moçambique é marcada por episódios recorrentes de violência, inclusive armada. Desde a guerra pela independência (1964-1974), passando pela primeira guerra civil (1976-1992) e, mais recentemente, pela chamada segunda guerra civil (2013-2021) (Igreja, 2015), até a insurgência no norte do país a partir de 2017, a violência armada continua sendo uma quase constante na vida dos moçambicanos.

O impacto dessa violência é devastador. Só na primeira guerra civil registou-se mais de um milhão de mortes (Abrahamsson & Nilsson, 1994) e, no seu fim, em 1992, Moçambique era “o país mais pobre, mais faminto, mais endividado e mais dependente de ajuda do mundo” (Hanlon, 1991, p.1). Conta-se centenas de mortes na segunda guerra civil e milhares na insurgência no Norte de Moçambique (ACLED, 2021), quando o cumulativo de deslocamentos forçados em todas as guerras do Moçambique independente ascende a seis milhões de pessoas (Resolução n°42/2021, de 8 de Setembro). No entanto, apesar da vasta documentação sobre a primeira guerra civil, persiste uma lacuna significativa na literatura sobre os conflitos subsequentes, o que limita a sua compreensão e, por consequência, o desenho de políticas e estratégias que permitam mitigar o impacto das guerras sobre os direitos humanos no país. Este estudo é uma contribuição para preencher essa lacuna.

O estudo explora a complexa relação entre guerra e direitos humanos, incidindo especialmente na segunda guerra civil em Moçambique, com dois objectivos fundamentais: primeiro, compreender as dinâmicas inerentes à segunda guerra civil; segundo, analisar o impacto dessa guerra sobre os direitos humanos dos jovens, mulheres e crianças do Vale do Zambeze, uma das regiões mais afectadas pelas guerras no país. Este estudo é parte da pesquisa do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), intitulada “O Impacto dos Conflitos Militares nos Direitos Humanos dos Jovens, Mulheres e Crianças do Vale do Zambeze,” financiado pelo programa IGUAL, do Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC).<sup>1</sup>

### 1.1 Metodologia

O estudo usa extensivamente relatos de entrevistas abertas e semi-estruturadas feitas com as vítimas da guerra, com destaque para deslocados e gestores de Campos de Deslocados Internos (CDI), bem como ex-guerrilheiros da Renamo, da Junta Militar da Renamo (JMR) e soldados das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) envolvidos nos confrontos, complementadas por outras feitas com lideranças político-administrativas locais e representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSC). Para aprofundar a análise, o estudo também combina e incorpora dados de outras pesquisas sobre direitos humanos, com enfoque especial nas que tratam dos direitos de jovens, mulheres e crianças – grupos particularmente vulneráveis em contextos de conflito armado, mas também nos CDI.

A selecção dos entrevistados foi precedida por uma revisão rigorosa de documentos históricos, relatórios de organizações de direitos humanos, e uma vasta bibliografia sobre os conflitos em Moçambique. Esta etapa preparatória permitiu identificar os locais onde o impacto da guerra foi mais severo e determinar os temas centrais que orientaram as entrevistas. A revisão da literatura também ajudou a definir os interlocutores-chave, garantindo que as entrevistas cobrissem uma gama representativa de experiências e, sobretudo, permitir que as vozes daqueles que estiveram na linha de frente do conflito emergissem, proporcionando uma compreensão profunda das complexidades e das dinâmicas que caracterizam as violações de direitos humanos no contexto da segunda guerra civil.

<sup>1</sup> Para mais informações sobre o programa Igual, ver <https://www.cescmoz.org/index.php/nosso-trabalho/programa-igual>

**Figura 1:** Entrevista no campo de deslocados internos de Chissai, em Gondola (Manica)



**Fonte:** Autores

**Figura 2:** Conversa com Deslocados no campo de deslocados internos de Mutindiri, em Chibabava (Sofala)



**Fonte:** Autores

A recolha de dados ocorreu em duas fases distintas, sendo a primeira entre Julho e Setembro de 2023, e a segunda em Fevereiro de 2024. As entrevistas foram realizadas em três províncias de Moçambique: Manica (Chimoio e Gondola), Sofala (Gorongosa, Chibabava e Beira) e Maputo (cidade de Maputo). Manica e Sofala foram escolhidas por serem as regiões onde a segunda guerra civil foi mais intensa. Na Cidade de Maputo, as entrevistas concentraram-se nas representações centrais das OSC, que desempenham um papel crucial na defesa dos direitos humanos e na assistência às vítimas do conflito. No total, entrevistou-se 114 pessoas: 66 de forma individual e 45 a partir de 10 grupos focais. Destes, 36 são militares ou ex militares e 78 são civis. Entre os militares, abrangeu-se 13 mulheres e 23 homens, quando, nos civis, foram 43 mulheres e 32 homens.

**Tabela 1:** Lista dos entrevistados

Província	Entrevistas			
	Ex-guerrilheiros e soldados (FADM)		Civis	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sofala	20	10	14	19
Manica	3	3	16	25
Maputo	-	-	2	2
Total	23	13	32	46
	36		78	

**Fonte:** elaborado pelos autores

Além das entrevistas, a pesquisa incluiu a observação directa dos locais afectados pela guerra, o que permitiu contextualizar os dados colectados, avaliar as condições de vida actuais nessas áreas, a partir das quais também se fez a avaliação da situação dos direitos humanos nesses locais, especialmente nos CDI. A combinação de métodos, que incluiu entrevistas, grupos focais e observação, permitiu uma triangulação dos dados, garantindo uma análise mais robusta e fiável das questões abordadas no estudo.

Uma nota fundamental, tem que ver com os nomes utilizados ao longo do relatório: por questões éticas e pela protecção da identidade dos informantes, adoptou-se nomes fictícios, excepto para os principais protagonistas, que são bem conhecidos.

## 1.2 Limitações

Uma das principais dificuldades encontradas neste estudo foi de credenciação. Esse desafio foi particularmente acentuado na província de Sofala, onde a secretaria do Estado emitiu credenciais com um prazo mais restrito do que o solicitado, obrigando a equipe a solicitar novas credenciais para a segunda fase do estudo, que foi, no entanto, bastante demorado, resultando em atrasos e complicações logísticas adicionais.

Outro obstáculo relevante foi a relutância de alguns participantes em falar abertamente sobre suas experiências, devido ao medo de represálias ou estigmatização. A natureza sensível dos temas abordados – incluindo confissões de envolvimento em abusos de direitos humanos e descrições de eventos traumáticos – levou alguns entrevistados a hesitarem em compartilhar detalhes completos, possivelmente resultando em lacunas nas informações colectadas.

Adicionalmente, o contexto sociopolítico actual de Moçambique, marcado por tensões políticas, influenciou a disposição dos participantes em colaborar com o estudo. A desconfiança quanto às intenções da pesquisa e o receio de que suas declarações pudessem ser usadas de forma prejudicial em futuros contextos contribuíram para uma participação mais cautelosa por parte de alguns ex-combatentes e civis.

### 1.3 Organização do estudo

O relatório é composto por seis partes, sendo esta introdução a primeira. Na introdução, contextualiza-se o tema, apresenta-se a metodologia empregada e as limitações do estudo. Na segunda parte faz-se a revisão da literatura sobre os direitos das mulheres, das crianças e dos jovens em tempos de guerra em Moçambique, e analisa-se as leis nacionais e convenções internacionais relevantes. A terceira parte do relatório concentra-se nas dinâmicas da guerra e no seu impacto, partindo da análise do processo de recrutamento e treinamento das partes envolvidas nos confrontos. A quarta parte detalha as acções das partes envolvidas nos confrontos, destacando as que configuram violações de direitos humanos. A quinta parte continua a análise das violações de direitos humanos, concentrando-se nas condições dos campos de deslocados e nos desafios de acesso a serviços essenciais. A sexta parte examina especificamente a situação de jovens, mulheres, crianças e pessoas com deficiência nesses campos. Por fim, a conclusão sintetiza as principais constatações do estudo e apresenta as recomendações.

## 2. Direitos Humanos em contextos de guerra

### 2.1 Direitos das Crianças

As crianças estão entre os grupos mais vulneráveis aos impactos das guerras, sendo afectadas por seis principais violações graves (Nações Unidas, 2013): recrutamento forçado, violência sexual, sequestros e ataques a escolas e hospitais. Estas violações comprometem os seus direitos de acesso a serviços básicos essenciais, impactando directamente no seu desenvolvimento saudável em cenários de guerra. A educação, em particular, é profundamente impactada pelos ataques às escolas e pelos deslocamentos forçados, que impedem as crianças de frequentarem aulas. A privação educacional compromete o futuro das crianças e perpetua os ciclos de violência e exclusão a que estão sujeitas durante as guerras (Safe Schools Declaration, 2015).

Em Moçambique, a utilização de crianças-soldado durante a primeira guerra civil está amplamente documentada (Boothby, 2006; Wessells, 2009). Centenas de crianças foram recrutadas tanto pelas forças governamentais quanto pela guerrilha da Renamo, sendo obrigadas a participar em operações militares e a cometer actos de violência (Honwana, 2006). Muitas dessas crianças enfrentaram traumas profundos, reflectidos em distúrbios de comportamento e dificuldades de reintegração nas comunidades após o fim do conflito. Graça Machel (1996) destaca que, além dos impactos psicológicos, o bem-estar físico dessas crianças também foi afectado pelos deslocamentos forçados e pela perda de laços familiares, agravando ainda mais sua vulnerabilidade.

Os desafios para mitigar os impactos mencionados são numerosos. Mapako (2023) destaca que a fragilidade institucional no contexto dos conflitos em Moçambique dificulta a prevenção das violações dos direitos humanos das crianças em cenários de guerra, limitando a eficácia da implementação de normas globais. O Dallaire Institute (2022) defende a necessidade de uma cooperação mais integrada entre instituições locais e internacionais para superar essas fragilidades e garantir maior disponibilidade de recursos financeiros para estratégias que rompam os ciclos de trauma e promovam um ambiente mais seguro para as crianças. Além disso, o instituto enfatiza a importância de incluir as crianças na construção da paz e fortalecer os esforços comunitários, visando reduzir o risco de aliciamento por grupos armados.

### 2.2 Direitos das Mulheres

À semelhança das crianças, as mulheres figuram entre as principais vítimas das guerras. Entre as principais formas de violação dos direitos das mulheres em contexto de guerras em Moçambique, destaca-se a violência sexual, física e psicológica (Kelly, 2010; UNICEF, 2019). Segundo Igreja (2015), a violência sexual foi usada como uma tática de guerra durante a primeira guerra civil, com consequências devastadoras para a saúde física e mental das sobreviventes. Além disso, a destruição das estruturas sociais e familiares durante os conflitos resultou na sobrecarga de responsabilidades para as mulheres, que muitas vezes assumiram o papel de chefes de família em condições de extrema precariedade (Bertelsen, 2020). Chingono (2015), estudou a guerra e a paz na província de Manica, revelando que, apesar das mulheres desempenharem papéis cruciais durante a guerra – como combatentes, mensageiras e apoiantes na logística – elas são marginalizadas nos processos de paz e reconstrução. Mesmo quando os combates cessam, explica, as dinâmicas patriarcais persistem, relegando as mulheres às margens das decisões políticas e sociais, perpetuando assim desigualdades estruturais.

O estudo de Igreja, Kleijn e Richters (2006) reforça a percepção da continuidade de sofrimento das mulheres ao analisar a sua experiência no pós-guerra em Moçambique. Os autores mostram que, embora a paz

formal tenha sido alcançada, persiste o trauma psicológico vivido pelas mulheres, que enfrentam não apenas os fantasmas de abusos e violência sexual sofridos durante a guerra, mas também a ausência de apoio adequado para sua recuperação emocional. Os autores concluem que as estruturas de assistência disponíveis raramente abordam as necessidades específicas dessas mulheres, ampliando sua exclusão e dificultando sua reintegração plena na sociedade. No mesmo diapasão, o relatório do ISRI e MULEIDE (2020), que investigou especificamente o impacto da primeira guerra civil na vida de mulheres e raparigas nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza, mostra que a falta de mecanismos de protecção agrava a vulnerabilidade feminina, enquanto práticas culturais e sociais reforçam normas que silenciam as sobreviventes. Para os autores, a ausência de justiça para os crimes cometidos contra mulheres e meninas durante a guerra perpetua um ciclo de impunidade, que deixa muitas sem reconhecimento oficial dos danos sofridos e sem acesso a qualquer tipo de compensação ou apoio psicológico. As mulheres continuam a enfrentar marginalização económica, social e psicológica, especifica o estudo, chamando atenção para a necessidade urgente de investir em programas específicos de apoio psicológico, empoderamento económico e acesso à justiça para garantir que a paz seja verdadeiramente transformadora para as mulheres moçambicanas.

### 2.3 Direitos dos jovens

A situação dos jovens em contextos de guerra é ambivalente, uma vez que são, simultaneamente, considerados perpetradores e vítimas da violência armada. Parte dos jovens são recrutados ou forçados a participar em grupos armados por falta de oportunidades económicas e sociais. No entanto, após o fim das guerras, muitos sofrem marginalização, vivendo com traumas (Macuácuá, 2018; Figueiredo, 2020). Os traumas persistem por falta de apoio psicológico adequado e reconhecimento social do seu sofrimento (Igreja, Kleijn e Richters, 2006). Os jovens enfrentam dificuldades para retomar os estudos e reconstruir suas vidas em comunidades devastadas pelas guerras (ISRI e MULEIDE (2020). Faltam programas de apoio direccionados aos jovens e oportunidades de educação e emprego, razão da sua contínua marginalização e dificuldades de reintegração social e económica. Segundo explica Chingono (2015), esta marginalização vulnerabiliza os jovens a novos ciclos de violência e crimes.

\*\*\*

No contexto dos Campos de Deslocados, os jovens, as mulheres e as crianças também sofrem múltiplas violações de direitos humanos, incluindo violência física, sexual e psicológica, e enfrentando dificuldades no acesso a saúde, educação e alimentação (Ferris & Stark, 2012). As mulheres, especialmente chefes de família, continuam a enfrentar alto risco de violência de gênero, exploração e abuso sexual, muitas vezes em espaços controlados por autoridades locais ou forças de segurança (Dolan, 2002; Save the Children, 2019). Os jovens, em especial adolescentes, igualmente enfrentam a interrupção de sua educação e a falta de oportunidades de trabalho, tornando-se vulneráveis ao recrutamento por grupos armados ou ao envolvimento em actividades ilícitas (Wessells, 2009). As crianças, mais particularmente, são identificadas como as mais prejudicadas, sofrendo não apenas pela interrupção dos estudos, mas também pela exposição a traumas psicológicos e ao rompimento de vínculos familiares (UNICEF, 2020). Nos contextos de guerra e deslocamento, a superlotação e a precariedade dos CDIs aumentam as taxas de mortalidade infantil e a propagação de doenças, além de elevar o risco de recrutamento infantil e exploração laboral (Wessells, 2009). Esta literatura destaca ainda a importância de intervenções integradas nos campos de deslocados, que assegurem acesso à saúde, educação e protecção social, ao mesmo tempo que promovam a inclusão económica (UNHCR, 2021).

## 2.4 Leis e convenções fundamentais sobre direitos humanos em contextos de guerra

A protecção dos direitos humanos em contextos de guerra é regida por um conjunto de leis e convenções nacionais e internacionais, que visam mitigar os impactos sobre populações vulneráveis, especialmente crianças e mulheres, mas, igualmente, os jovens. Esses instrumentos normativos incluem os Princípios de Paris (2007), que fornecem directrizes sobre a prevenção e reintegração de crianças associadas a forças armadas e grupos armados. No mesmo sentido, os Princípios de Vancouver (2017) reforçam o compromisso com a prevenção do recrutamento infantil em operações de paz e recomendam a integração de medidas de protecção em missões militares, conforme detalhado no Guia de Implementação do Governo do Canadá (2019).

No que diz respeito às mulheres, convenções como a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU (2000) reconhecem a importância da inclusão feminina em processos de paz e reabilitação pós-conflito, quando a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e outros tratados internacionais obrigam os Estados a protegerem os jovens de danos durante guerras e a oferecerem oportunidades de reintegração.

Moçambique é signatário da Convenção sobre os Direitos das Crianças (CRC), da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), Convenções de Genebra e do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, estes que também protegem os jovens. A adesão a esses tratados e convenções implica um compromisso do país com a protecção dos direitos das mulheres, das crianças e dos jovens mesmo em contextos de guerra (UNICEF, 2019). O quadro jurídico nacional também garante a protecção dos direitos humanos, destacando-se a própria a Constituição da República de Moçambique (CRM) e o Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos (PNADH). A Lei do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) de 2019 é uma das principais iniciativas voltadas para a gestão dos conflitos e a protecção dos direitos dos ex-combatentes e das comunidades afectadas. No entanto, há dificuldades de implementação desses instrumentos em contextos de conflito, sobressaindo entre as causas a falta de capacidade das instituições e o ambiente de insegurança (Human Rights Watch, 2018).

### 3. Jovens, mulheres e crianças na segunda guerra civil

A designação de uma guerra como ‘civil’ tem em conta a ocorrência de pelo menos dois principais factores: o envolvimento directo de forças governamentais nos confrontos e um número mínimo de mil mortes (Colier e Hoefler, 2004; Fearon, 2007). Ambos critérios foram verificados em Moçambique, tendo sido estimados em cerca de um milhão de mortos na primeira guerra civil (Abrahamsson & Nilsson, 1994) e mais de mil mortos na segunda guerra civil (ACLED, 2021). Os beligerantes foram os mesmos nas duas guerras: as forças governamentais da Frelimo e os guerrilheiros da Renamo, depois, a partir de finais de 2019, a Junta Militar da Renamo (JMR) substituiu-se à Renamo na confrontação com as forças governamentais.

Tal como na primeira guerra civil, o governo recusou-se em aceitar que a segunda se tratava de guerra, pelo menos inicialmente. Para o governo, enquanto a primeira guerra era um movimento de desestabilização movida por forças externas, nomeadamente do regime da então Rhodésia e depois o Apartheid, a segunda tratou-se de hostilidades político-militares. Há, contudo, algum consenso de que o movimento de agressão que desencadeou o primeiro conflito evoluiu para guerra civil (Darch, 2018), e, para Igreja (2015), pode se estabelecer um paralelismo quanto a natureza dos dois conflitos, uma vez que o próprio governo, que recusou a designação de ‘guerra’, no segundo utilizou a mesma terminologia que no primeiro: “tempo de guerra”, “teatro de guerra”, “teatro de operações”, entre outros termos que constam na Lei de Amnistia 15/92, promulgada no contexto do Acordo Geral de Paz (AGP) de 1992.

Neste documento, abordamos as dinâmicas desta segunda guerra civil, com foco nos processos de recrutamento e treinamento dos combatentes envolvidos e as suas acções, destacando as que configuram violações de direitos humanos.

#### 3.1 Renamo: o retorno a serra de Gorongosa

Em 2012, o país vivia sob forte tensão política, por conta de ameaças de manifestações nacionais feitas pelo líder da Renamo, Afonso Dhlakama. Dhlakama contestava os resultados das quartas eleições gerais de 2009, alegando que, como as anteriores, foram fraudulentas e, por conta disso, a Renamo e o seu líder sofreram pesadas derrotas. Dhlakama obteve 16,4% e a Renamo 17,7%, contra 75% de Guebuza e 74,7 da Frelimo. Pouco depois, ainda em 2009, Dhlakama mudou-se de Maputo e fixou residência em Nampula, de onde passou a exigir a criação de um governo de transição. Sem sucesso nas tentativas de negociação com a Frelimo, e diante da frustração com os resultados eleitorais, aumentava a pressão interna sobre a liderança da Renamo, tanto da ala militar como da política. Afinal, conforme explica uma ex-guerrilheira da Renamo, quando a ala militar questionava sobre as pensões e demais benefícios que esperavam da sua desmobilização na década de 1990, Dhlakama respondia que “ainda não ganhou eleições; se ganhasse, resolveria todos os nossos problemas; que encontraria soluções para os nossos problemas”<sup>2</sup>

Em Nampula, porém, Dhlakama vivia em ‘prisão domiciliária’, seus passos sendo acompanhados por um forte dispositivo policial (CanalMoz, 2010). As “reuniões da Renamo [eram] vigiadas pela Unidade de Intervenção Rápida” [agora Unidade de Intervenção Rápida] (Ibid., p.3). Era um ambiente de muita tensão, que, para o caso de Nampula, prolongou-se até 2012, quando, definitivamente, Dhlakama abandonou aquela cidade e se fixou na Serra de Gorongosa, na província de Sofala.

<sup>2</sup> Regina, ex-guerrilheira da Renamo, entrevista, Mucodza-Gorongosa, 31.07.2023.

**Figura 3:** Serra da Gorongosa, Satungira.



**Fonte:** Autores

No dia 4 de Abril de 2013, os guerrilheiros da Renamo atacaram uma posição da Unidade de Intervenção Rápida (UIR) em Muxúngúe, alegadamente para libertarem os seus militantes presos pela polícia no dia anterior, enquanto se reuniam na delegação da Renamo, em Muxúngúe. Deste ataque resultaram quatro mortes e cerca de treze feridos, mas a Renamo falou de mais de 25 mortes do lado do governo (Morier-Genoud, 2017). Á estes episódios, amplamente descritos como sendo do início da segunda guerra civil em Moçambique, sucedeu-se depois uma série de ataques na Estrada Nacional Número 1 (EN1) e confrontos mais frequentes com as forças governamentais. Rapidamente, a “proto-guerra”, no sentido de Morier-Genoud (2017, p.153), “limitada geograficamente e militarmente”, evoluía para uma guerra de maior envergadura, para a qual a Renamo já se preparava. É no contexto dessa preparação que ocorre a ‘festa’ de 17 de Outubro de 2013, na qual a Renamo remobiliza e reintegra massivamente mais ex-guerrilheiros.

Os ex-guerrilheiros mobilizados e integrados eram parte dos que estiveram na primeira guerra civil e, portanto, já adultos. O fundamento era de que não precisavam de recrutar novos guerrilheiros, incluindo jovens, porque não estavam em guerra, mas sim a manifestar para que os seus direitos, enquanto ex-guerrilheiros, fossem respeitados. Mais concretamente, reivindicavam a recepção de um subsídio de reinserção social e económica e uma pensão vitalícia, alegadamente prometida aquando da assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP). Segundo eles, Dhlakama também teria feito referência a essa questão durante a mobilização para a “manifestação”: “[quando nos] encontramos com o presidente, ele disse que tudo aquilo que fomos prometidos não está a acontecer, por isso vamos manifestar”, explicou um dos guerrilheiros, que depois acrescentou que Dhlakama deixou claro que a manifestação era mesmo para resolver todos esses problemas: “ele [Dhlakama] disse que percebeu e que a única forma de resolver era ficar aí com ele para manifestarmos e acompanharmos tudo aquilo que se falava,” comentou Filipe, ex-guerrilheiro da Renamo residente em Gorongosa. Era, pois, do interesse do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, que os guerrilheiros acompanhassem de perto a sua interacção com o governo, uma vez que, como mencionamos anteriormente, os guerrilheiros o pressionavam e a sua própria credibilidade era já posta em causa, passadas mais de duas décadas sem a resolução dos seus problemas.

Por se tratar de ex-guerrilheiros, com experiência de combate, os treinos eram relativamente simples. Eram, basicamente, exercícios de reciclagem e muitos passaram a desempenhar as mesmas funções que

desempenharam antes, na primeira guerra civil.<sup>3</sup> No entanto, no caso das mulheres, essa continuidade assume uma dimensão dupla. Além de manterem os papéis militares que desempenhavam na primeira guerra civil, esses mesmos papéis são interpretados como sendo continuação das tarefas domésticas, frequentemente vistas como de baixo prestígio e socialmente subvalorizadas (Campos, 2003). São tarefas de enfermeiras, parteiras, agentes de comunicação, secretárias, cozinheiras e guarda-costas, conforme relata a seguinte entrevistada:

As mulheres eram enfermeiras, parteiras, operadoras de rádio comunicação, secretárias. (..) O nosso trabalho é de ser secretaria, cozinhar e servir o presidente, o chefe de estado maior. Os da parte de saúde estavam na parte deles. outros estavam na parte de guarda-costas. Todos os trabalhos eram alinhados.<sup>4</sup>

Os papéis são moldados por estereótipos de gênero, na lógica de “homens em armas e mulheres em casa,” como descreve (Segal, 1995). Referindo-se à primeira guerra civil, Feijó (2021) destacou que foram poucos os casos do envolvimento das mulheres em situações de combate e poucos foram os regimentos, companhias, pelotões ou batalhões compostos unicamente por mulheres ou chefiadas por mulheres, quer da parte das forças governamentais, quer da parte da Renamo. Apenas as que conseguiam ganhar a confiança dos chefes é que recebiam treinamento paramilitar e de autodefesa, servindo depois como espiãs e mensageiras, raramente se envolvendo nos ataques, como militares-combatentes operativas, razão por que poucas ascenderam a cargos de chefia e liderança (ISRI e MULEIDE, 2020). Há, contudo, exceções, uma vez que algumas mulheres se envolveram directamente nos combates e assumiram outros cargos, como, por exemplo, de instrutoras. Este é o caso da Florência, cujo relato se segue, denotando também a continuação sobre a qual abordamos anteriormente:

Eu continuei como instrutora. Ensinava o soldado como atacar. Ensinava estratégia de guerra; há estratégia para se defender(...), quando era para atacar, eu ia atacar. Aí na instrução havia chefes que controlavam os outros. Escolheram-me devido ao trabalho que fazia. O tempo para sair de uma patente para outra, dependia do trabalho.<sup>5</sup>

Portanto, do lado da Renamo, não houve recrutamento de novos combatentes, tendo sido reintegrados parte dos ex-guerrilheiros adultos, entre homens e mulheres, que estiveram envolvidos na primeira guerra civil. Estes passaram por treinamentos de reciclagem, depois desempenharam os mesmos papeis que desempenharam na primeira guerra civil, nomeadamente, para o caso das mulheres, como enfermeiras, parteiras, agentes de comunicação, secretárias, cozinheiras e guarda-costas, apesar de algumas terem se envolvido nos combates. A explicação para o não recrutamento de novos combatentes remete à interpretação sobre a alegada natureza daquele conflito, que, para os guerrilheiros da Renamo, tratava-se de uma ‘manifestação’, em reivindicação de seus direitos, não necessariamente uma guerra. No entanto, parte destes ex-guerrilheiros depois desertou para a JMR, esta que, por sua vez, integrou novos guerrilheiros, no caso concreto dois jovens que, como veremos de seguida, tiveram a sua primeira experiência de combate durante a segunda guerra civil.

### 3.2 A constituição da Junta Militar da Renamo (JMR)

A 3 de Maio de 2018, enquanto ainda decorriam as negociações para a “cessação definitiva das hostilidades politico-militares”, designação oficial para a segunda guerra civil, Afonso Dhlakama perdeu a vida em Gorongosa, alegadamente vítima de doença. De imediato, pairou um ambiente de incerteza,

<sup>3</sup> Florência, ex-guerrilheira da Renamo, entrevista, Beira, 03.10.2023.

<sup>4</sup> Elsa, ex-guerrilheira da Renamo, entrevista, Vanduzi, 18.09.2023.

<sup>5</sup> Florência, ex-guerrilheira da Renamo, entrevista, Chimoio, 18.09.2023.

desconfiança e, para alguns, até medo do que sucederia com a Renamo e seus guerrilheiros. O general Ossufo Momade viria a ser indicado para suceder Dhlakama na liderança da Renamo. Momade foi, primeiro, coordenador interino, por deliberação da Comissão Política Nacional, reunida a 4 de Maio de 2018, depois Presidente, eleito durante o VI Congresso daquele partido, realizado entre 15 e 17 de Janeiro de 2019. Por decisão da Comissão Política da Renamo reunida na sua 5ª sessão extraordinária, alargada ao Estado Maior General e outros quadros, e Momade passou a residir em Gorongosa, exactamente na base central onde se encontrava Afonso Dhlakama até à sua morte. Justificava-se a decisão com a necessidade de, a partir de Gorongosa, Momade poder acompanhar melhor o processo de Desarmamento, Desmobilização e de Reintegração (DDR) dos guerrilheiros da Renamo: “o nosso entendimento foi de que vai permitir uma melhor coordenação das actividades do partido”,<sup>6</sup> declarou o deputado Alfredo Magumisse, porta-voz da sessão.

Entretanto, a escolha de Momade gerou constestação interna, tanto da ala política como da militar. Entre os militares, destacou-se o general Mariano Nhongo, que se encontrava igualmente na montanha. Ele foi depois destacado para a base de Piro, também em Gorongosa, de onde fugiu e anunciou a criação da JMR, em Agosto de 2019. Nhongo acusava Momade de trair os ideais de Dhlakama e de fazer concessões no acordo de paz de 2019 com o governo da Frelimo. Ele rejeitou o processo de DDR, argumentando que ele não abordava adequadamente as necessidades e os direitos dos ex-guerrilheiros.

No tocante ao recrutamento, Nhongo levou consigo sete guerrilheiros da Renamo, na base de Piro. Pouco depois recrutou mais oito na base de Gravata, na altura comandada pelo brigadeiro João. Eram, no total, 15 guerrilheiros da Renamo que, inicialmente, aderiram à JMR. Paulo Nguirande, que depois se tornou o número dois da JMR, o chefe de Estado Maior General, é um dos recrutados em Gravata. Este conta que o recrutamento ocorreu na ausência do seu comandante, que se havia deslocado à base central na montanha, em missão de serviço. A ausência do comandante facilitou a investida de Nhongo. Segundo explica Paulo, embora tivesse conhecido Nhongo no decurso da segunda guerra civil, uma vez que, na primeira, Nhongo combateu na Zambézia e ele em Sofala, aderiu facilmente ao chamamento daquele. Primeiro alegou que estava a cumprir ordens, pois Nhongo era seu superior hierárquico. Depois explicou que foi motivado pelo desejo de ser alguém. Seus próprios termos: “para eu ser alguém, achei melhor fugir com Nhongo.”<sup>7</sup> Nhongo prometeu atribuir novas patentes e cumpriu: Paulo Nguirande, que era Tenente-Coronel, passou a ser general, mas não foi o único. Ernesto Tique Mabuco e Tomé Beni, que eram, respectivamente brigadeiro e capitão, também passaram a ser generais, compondo, assim, a triade do topo do comando da JMR, abaixo de Nhongo, que era o chefe.

Aos 15 guerrilheiros, juntou-se outro grupo, composto por sete recrutas, entre os quais o jovem André Matsangaissa Júnior, sobrinho do fundador da Renamo, André Matsangaissa. Com Matsangaissa Júnior, na altura com 29 anos, estava outro jovem, cujo nome não foi revelado, e outros cinco idosos, com idades compreendidas entre 60 e 65 anos, estes também ex-guerrilheiros. Tudo aconteceu ainda nas proximidades de Piro, antes do grupo se mudar para a zona de Pindaganga, no distrito de Gondola, província de Manica, onde passaram a focalizar as suas acções:

Foi aqui em Piro. Essa foi a base. Tudo [o recrutamento] aconteceu enquanto estávamos aqui em Piro. Todos chegaram em Piro mesmo. Vieram de carro, desceram ali e entraram para o mato. Foram todos de chapa.<sup>8</sup>

**Assim o grupo se expande, de 15 para 22, o número máximo que teve, não obstante um dos entrevistados**

<sup>6</sup> VOA (2018). Ossufo Momade vai residir na base da Renamo na Gorongosa. Disponível em <https://www.voaportugues.com/a/ossufo-momade-vai-residir-na-base-da-renamo-na-gorongosa/4423611.html> (consultado a 18.01.2024).

<sup>7</sup> Paulo Nguirande, ex-guerrilheiro da Renamo e da JMR, entrevista, Gorongosa, 04.09.2023.

<sup>8</sup> Ibid.

ter se referido a cerca de 80 e outro a mais de 150, o que é pouco provável, ao menos se tivermos em conta relatos dos demais interlocutores. O próprio Nhongo chegou a abordar a ausência de recrutamentos para a JMR, distanciando-se das figuras que as forças de defesa e segurança apresentavam como sendo capturadas durante os combates: “eu não mandei ninguém e muito menos precisei de recrutar homens para engrossar as minhas fileiras. Nem os conheço” (Canal de Moçambique, 2019, p.3), declarou Nhongo em entrevista, quando as forças de defesa e segurança anunciaram a captura de seis elementos da JMR. Paulo Nguirande, o Chefe de Estado Maior General da Junta, viria a confirmar a ausência de mais recrutamentos para JMR e questionou: “vai recrutar pessoas, vai dar de comer o quê? não havia [comida],”<sup>9</sup> denotando que havia problemas logísticos no seio daquele movimento, não obstante outros interlocutores terem se referido a abundância de apoios. Um dos soldados das FADM chegou a declarar que, uma das vezes que estiveram no encalce de Nhongo, também encontraram vestígios de *take aways*, o que interpretaram como evidência de que Nhongo tinha muitos apoios:

Mas tem alguém que fornecia armamento porque o armamento ele não levava (...) Ele até comia *takeaway* todos os dias. Nós já encontramos *takeaways*, sinalizando que ele acabava de sair. Fomos ter documentos dos fornecedores (...) até isso foi enviado onde está o Nyusi lá e nós fomos dados bônus.<sup>10</sup>

Entretanto, é certo que, exceptuando a esposa do próprio Mariano Nhongo, que o acompanhava, não havia nenhuma outra mulher no grupo. André Matsangaissa Júnior explicou da seguinte forma a ausência de mulheres: “não houve militares mulheres porque as perseguições eram mais para os homens do que para as mulheres.”<sup>11</sup>

\*\*\*

Diferentemente da Renamo, que incluiu mulheres, mas não atraiu novos recrutas, especialmente jovens, a JMR conseguiu recrutar pelo menos dois jovens, embora sem a participação de mulheres entre os combatentes. A única presença feminina era a esposa de Mariano Nhongo, que o acompanhava. No total, a JMR chegou a contar com 22 guerrilheiros, cuja adesão ocorreu inicialmente devido às divergências internas na Renamo e, posteriormente, por se considerarem perseguidos, como destacou André Matsangaissa Júnior.

### 3.3 As Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM): o grupo trovoadas

Criado em finais de 2019, pouco depois do surgimento da JMR, o grupo trovoadas, foi um batalhão das FADM, que actuava na linha de frente na perseguição aos elementos da JMR. Também conhecido como ‘grupo massaco’, pelo seu estilo pouco característico entre as forças de defesa e segurança, que incluía circular sem fardamento, mas sempre com um saco nas costas, este grupo tinha muitas outras peculiaridades. Desde a sua criação, composição e modo de actuação, esta última que criou terror em Gorongosa, mais especificamente na zona da localidade de Púngué, onde se encontrava a sua base.

Como todos os batalhões, o grupo trovoadas era composto por 500 elementos, mas apenas 207 é que eram os operativos. Enquanto os restantes 293 estavam dispersos, alguns nas suas casas, e incluíam formadores e outros que estavam nos cargos de liderança e chefia, incluindo majores, e capitães, todos relativamente mais experientes. Os 207 operativos foram recrutados e treinados localmente, em três momentos: primeiro, no início, foi um grupo de 30 recrutas, depois outro de 70 e o último com 107, todos jovens. Entre os elementos do primeiro subgrupo, havia desmobilizados, que também estiveram

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> Bartolomeu, intervenção no Grupo Focal com soldados do Grupo Trovoadas, Gorongosa, 01.03.24.

<sup>11</sup> Matsangaissa, Entrevista, Chimoio, 28.03.23.

envolvidos no recrutamento, sobretudo dos jovens do segundo e terceiro subgrupos, mas o faziam em colaboração com os secretários de bairro. Entre outros aspectos, estes explicavam que o trabalho era essencialmente de busca e captura de Nhongo, que perturbava o dia a dia das comunidades de Gorongosa, o que motivava alguns a aderirem, mas muitos foram mesmo por dinheiro:

Dinheiro, muito dinheiro. Diziam vamos trabalhar. Vamos procurar Nhongo aqui. Vamos trabalhar (...) chegavam num bairro, com o secretário, como lá em Púnguè. Chegavam lá e diziam que um militar recebe 20 mil, 12 mil (...), mas era mentira. Naquele tempo recebemos 3750. Então, dizíamos que, porque é um batalhão independente, sendo independente (...) pensávamos que aí tem bom dinheiro, que tenho de entrar, mas era tudo paulada. Era mentira. Era só para conseguir a pessoa (...). Até os próprios familiares desses jovens que entraram sentiam-se enganados. Sentiam-se culpados por deixarem seus filhos serem enganados (...).<sup>12</sup>

Outros foram recrutados entre os chamados “pisteiros”: indivíduos capturados nas matas, que, inicialmente, eram integrados como informadores, depois, se considerados de confiança, eram selecionados para os treinos e passavam a fazer parte do grupo. O treinamento, no entanto, era de reciclagem para os elementos que faziam parte do primeiro grupo, mas, para os demais, era o primeiro e único que tiveram antes de os integrarem. Para todos, porém, durou apenas três meses, e, portanto, muito longe dos cerca de 24 meses de treinamento regular nas FADM:

O treino foi de 3 meses. Sim, nos 3 meses era apenas uma reciclagem, como tinha desmobilizados. Então, juntaram connosco (...) Então, quando juntaram connosco, aproveitamos a ser ensinados outras coisas, tipo marcha, não marcha. Então esse armamento, era antes de sabermos como desmontar e montar. Aprendemos tudo ali [nos três meses]. Quando encerramos, fomos dados nossas armas. Cada um com a sua arma. Passamos a ficar no perímetro de Púngue, como havia conflitos de Nhongo (...). Nós tínhamos de ir atrás de Nhongo.<sup>13</sup>

O treinamento ocorreu na própria base do grupo Trovoadá, em Púnguè, e em condições bastante precárias: “nem tínhamos botas para o treinamento. Cada um desenrascava a sua maneira. Para correr, eu treinei com roupa civil”<sup>14</sup>, declarou José, soldado afecto ao grupo trovoadá. Na mesma senda, até o subsídio de 3750 demoraram a receber e, quando o fizeram, foi em mão, na própria base, e, portanto, antes de terem qualquer vínculo formal com o Estado.

Entretanto, a pressa em constituir o grupo, “(...) porque Nhongo estava a fazer muita confusão,”<sup>15</sup> impactava na qualidade da formação, e estas, juntamente com as precárias condições de trabalho, influenciaram sobremaneira no modo de actuação do grupo Trovoadá. O relato que se segue dá conta de parte das limitações dos integrantes daquele grupo:

Sim. Então tinha de organizar um batalhão, mas devia ser muito rápido. Isso foi feito em três meses. Depois me disseram ‘está aqui arma.’ No encerramento, verdadeiro encerramento, não se faz logo. Não se entrega arma logo depois do treinamento. Não, o encerramento faz-se na (...) numa unidade, marchando, onde se apresenta a arma e faz-se tudo aí, as cerimónias (...) Nós não tivemos isso aí. Só acabamos o treinamento, sabe (...) disparamos, disparamos, depois disseram **está aqui tua arma. Vamos procurar inimigo.** Então foi muito rápido. Muito rápido mesmo (...)

<sup>12</sup> Bartolomeu, intervenção no Grupo Focal com soldados do Grupo Trovoadá, Gorongosa, 01.03.24.

<sup>13</sup> Bartolomeu, intervenção no Grupo Focal com soldados do Grupo Trovoadá, Gorongosa, 01.03.24.

<sup>14</sup> José, intervenção no Grupo Focal com soldados do Grupo Trovoadá, Gorongosa, 01.03.24.

<sup>15</sup> Bartolomeu, intervenção no Grupo Focal com soldados do Grupo Trovoadá, Gorongosa, 01.03.24.

alguns terminaram sem saber marchar. Até agora, alguns não sabem marchar.<sup>16</sup>

Outro interveniente no mesmo grupo focal desvalorizou as limitações do treinamento, destacando que o importante era saber usar a arma. Ele faz também referência as formações posteriores por que passou, antes de ser destacado para Cabo Delgado, mas desqualificou todas:

Nós treinamos muito mais arma. Treinamos muito bem arma. Marcha não é nada. Tem de treinar tática e combate. Marcha, isso de marchar, isso aí no campo de batalha não existe. Não funciona. Não existe. É zero. Você no tempo de disparo vai marchar? Eu treinei aqui com a União Europeia, eu fui explicado com portugueses, o que estão a me treinar aqui o que é (...) lá não funciona. Isso de subir prédio, com corda, (...) Eu fiz com os portugueses, mas não funciona isso. Lá é tiro. Tiro só (...) janjauíta<sup>17</sup> não quer saber.<sup>18</sup>

As consequências da má instrução não se limitam à simples incapacidade de “saber marchar”, como mencionaram os interlocutores. Elas também se manifestam directamente no campo de operações, comprometendo o desempenho das tropas, que cometem inúmeras atrocidades, com implicações sobre os direitos humanos dos Jovens, das mulheres e das crianças, como será abordado detalhadamente na próxima secção.

Em resumo, nesta secção destaca-se que, ao contrário da Renamo, que não realizou novos recrutamentos, conforme explicado, tanto a JMR quanto as FADM incorporaram jovens em suas fileiras, alguns sem experiência prévia de combate.

No que diz respeito a recrutamentos forçados e ao envolvimento de crianças, nenhuma das forças – Renamo, JMR ou FADM – recorreu a essas práticas, diferentemente de outros conflitos envolvendo movimentos de guerrilha. No caso da Renamo, a ausência de recrutamento infantil e forçado pode ser explicada pela forma como seus guerrilheiros interpretavam o conflito, enxergando-o mais como uma “manifestação por direitos” do que uma guerra aberta. Essa visão reduzia a necessidade de expandir significativamente suas forças, especialmente com a inclusão de crianças.

Na JMR, a não utilização de crianças e a ausência de recrutamento forçado também tiveram causas operacionais. A estrutura limitada e clandestina do movimento impôs sérias dificuldades logísticas e falta de recursos, impossibilitando a manutenção de um contingente maior. Embora a JMR tenha conseguido atrair jovens, não teve capacidade para ampliar o seu recrutamento. Assim, optou por uma mobilização selectiva e estratégica que excluía não apenas crianças, mas também mulheres, moldando sua composição de forma pragmática diante das limitações do movimento.

<sup>16</sup> Bartolomeu, intervenção no Grupo Focal com soldados do Grupo Trovoada, Gorongosa, 01.03.24.

<sup>17</sup> Nome que os membros das FADM atribuem aos terroristas em Cabo Delgado.

<sup>18</sup> José, intervenção no Grupo Focal com soldados do Grupo Trovoada, Gorongosa, 01.03.24.

#### 4. Violação de direitos humanos durante a segunda guerra civil

A Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED, 2021) estima que mais de 1.000 pessoas morreram durante a segunda guerra civil, entre civis e combatentes. Cerca de 30 dessas mortes ocorreram durante a segunda fase da guerra (DW, 2021),<sup>19</sup> a partir de finais de 2019, quando a JMR se substituiu à Renamo, confrontando-se com as forças governamentais. Além das mortes, houve cerca de 100.000 pessoas deslocadas internamente devido à insegurança e os confrontos (ACLED, 2021). Houve inúmeros episódios de torturas, extorsão e pilhagem, afectando igualmente os próprios combatentes envolvidos na guerra, alguns ainda com traumas.

Referimos anteriormente ao caso de guerrilheiros que se mobilizaram e voltaram às matas em busca de refúgio e protecção, dadas as perseguições que sofriam, alegadamente por serem conhecidos como ex-guerrilheiros da Renamo. André Matsangaissa também relatou que foi perseguido pelas mesmas razões. No caso deste último, pelo menos por duas ocasiões, acabou sendo extorquido valores que variam de 10 a 40.000 meticais. Matsangaissa explicou ainda que, ao integrar a guerrilha da Renamo, sua família, que inclui duas crianças e sua esposa grávida, foi ciclicamente molestada e acusa as FDS de a terem sequestrado e morto, em conluio com a direcção da Renamo. Conforme sublinhamos, estes episódios de perseguições, extorsão e alegados sequestros e assassinatos, ao se confirmarem, constituem violações graves aos direitos humanos das crianças, mulheres, mas também dos jovens e demais guerrilheiros envolvidos na segunda guerra civil.

Entretanto, os guerrilheiros da Renamo e da JMR, também estiveram envolvidos em actos de violação de direitos humanos. Eles estavam, pois, na linha de frente nos confrontos com as forças governamentais. Estes ataques ceifaram a vida de muitos civis, quando outros perderam seus bens e meios de subsistência, incluindo viaturas. Os guerrilheiros da Renamo explicam que os civis não eram alvo premeditados, mas vítimas indirectas, uma vez que se encontravam entre as forças governamentais que, igualmente, alegam, os faziam de escudos humanos. O relato é de Pedro Barros, guerrilheiro da Renamo que esteve envolvido no primeiro ataque em Muxúngué e fundamenta também a razão dos ataques incidirem na Estrada Nacional Número um (EN1), precisamente no troço entre Save e Muxúngué:

A ideia era pressionar. Disparávamos contra os militares que vinham ao nosso encontro. Os civis sofriam porque, onde se mata uma cobra, o capim também sofre. O capim não tinha problema. Os carros dos soldados estavam próximos dos carros dos civis, por isso eram atingidos sem querer. Atacávamos carros militares porque eram mandados para lutar contra nós.<sup>20</sup>

A pressão que Pedro Barros refere visava forçar o governo a responder rapidamente às preocupações dos ex-guerrilheiros, nomeadamente com relação à sua reivindicação sobre pensões e subsídios de reintegração. No entanto, a referida pressão era feita a partir da EN1 igualmente porque é principal estrada do país, o que dava mais visibilidade à guerra. Outro objectivo dos guerrilheiros era dispersar as forças governamentais e reduzir a sua concentração na serra de Gorongosa, onde se encontrava Afonso Dhlakama. Gilberto, outro guerrilheiro da Renamo, também explica que os ataques eram devidamente preparados, uma vez que tinham informação precisa sobre a movimentação das forças governamentais:

Nós sabíamos. Tínhamos informação de quantos homens saíam ou saíram de Maputo para nos atacar. Se vão para Gorongosa ou Muxungué. Sabíamos do número de machimbombos, os comandantes e o efectivo que era destacado para dirigir ataques grandes. Então estes eram nossos

<sup>19</sup> "Moçambique: Morte de Nhongo é o fim da Junta Militar", DW, 11.10.21. <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-morte-de-mariano-nhongo-%C3%A9-o-fim-da-junta-militar/a-59473801>

<sup>20</sup> Pedro Barros, ex-guerrilheiro da Renamo, depois da JMR, entrevista, Chibabava, 30.08.2023.

alvos na EN1. O governo colocava militares nesses carros [civis]. A orientação era impedir que essas pessoas chegassem às nossas bases. Então disparávamos contra eles, mas os jornalistas diziam que atacamos civis. O governo é que criava estas situações, por isso o Presidente Dlhakama dizia aos civis para não aceitarem militares nos seus carros.<sup>21</sup>

A JMR, por seu turno, também efectuou ataques ao longo da EN1, mas passou a visar outros alvos situados mais para o interior do distrito de Gondola, na província de Manica, onde fixou uma das suas bases, depois de Piro, em Gorongosa, onde os homens da JMR eram perseguidos também pelos guerrilheiros da Renamo.

**Figura 4:** Destroços de uma viatura de transporte público alegadamente atacada e incendiada pela JMR em Pindaganda, Gondola.



**Fonte:** Autores

Em Gondola, mais concretamente na zona de Pindaganga, há muitos relatos de episódios de violência protagonizados por integrantes da JMR contra as populações. Segue-se o extracto da entrevista com Paulina, mulher de cerca de 35 anos, que conta como ela e seus filhos foram abordadas, quando guerrilheiros da JMR chegaram à sua casa:

Ouvíamos que os homens armados da Renamo [da JMR] andavam por lá. No início não acreditávamos, até lhes ver a passar da nossa casa. No dia seguinte, à noite, chegaram na minha casa em 2020. Era no início do ano. Pegaram o filho mais velho da casa, filho da primeira esposa do meu marido e amararam, mas amararam também o meu filho de 15 anos de idade. Chamaram a esposa mais velha do meu marido. Disseram que queriam dinheiro. Perguntaram pelo nosso marido. Ela disse que não estava. Daí eles disseram é aquele que foi a vila no hospital com criança que sofreu o dedo com moagem? Não sei de onde tiraram essa informação, mas ele tinha ido ao hospital no dia anterior e voltou no mesmo dia. Eles me tiraram para fora. Eu não tinha nem blusa. Só tinha amarrado uma capulana. Me pisaram no peito e eu perdi ar. Disseram para tirar dinheiro (...) Depois perguntaram quem tem vindo para aqui. Eu disse ninguém, além de familiares. Disseram que vocês recebem visitas dos homens da FIR aqui e realmente vinham na nossa casa. Eram como se fossem nossos amigos. Então pegaram meu filho, o segundo, e deram fósforo. Disseram para ele queimar a nossa casa de palha. Meu filho negou. Deram-lhe uma chapada, daí ele aceitou, mas eu implorei porque lá dentro tinha crianças a dormirem. Pedimos para tirar as

<sup>21</sup> Gilberto, ex-Guerrilheiro, entrevista, Chimoio, 22.08.2023.

crianças. Elas saíram e a casa foi queimada pelo meu filho.<sup>22</sup>

O episódio descrito por Paulina envolve crianças menores, que não só presenciaram a violência protagonizada pelos guerrilheiros da JMR, mas elas mesmas foram violentadas física, tendo uma delas sido obrigada a incendiar a casa da família. Os dois relatos que se seguem são mais precisos, denotando o nível de violência contra crianças no decurso da segunda guerra civil. O primeiro é de uma mulher adulta, com cerca de 50 anos, e outra um jovem deslocado residente em Chissai, ambos em Gondola:

Tudo começou em 2021, no início do ano. Saí de Mucorodzi [em Gondola, Manica] por causa da guerra. Chegaram homens na minha casa. Eram cinco e trajavam roupas verdes de caqui [identificada como sendo dos homens da JMR]. O meu marido não estava; era apenas eu e meus 5 filhos. Foi no fim da tarde, por volta das 17h. Eles queriam o meu marido (...). Perguntaram se meu marido trabalhava e eu disse que não, que era agricultor. Dai disseram que queriam dinheiro e eu disse que não tinha. (...) Levaram máquina de costura, roupas novas na mala, masculinas e femininas, e dinheiro da venda de gergelim, que estava na mala. Vasculharam tudo, até encontrar dinheiro. Não sei se sabiam que tínhamos dinheiro. Amarraram a mim e meu segundo filho que estava na mesma casa que eu. O outro estava noutra casa. Quando ouviu barulho, fugiu. Nos amarraram por trás, as mãos para trás. Colocaram arma diante do meu filho mais novo [menor de 10 anos] e disseram que, se ele gritasse, matariam a ele. O menino calou-se. Quando saiam disseram vamos orar. Fechem os olhos. Fechamos por muito tempo. Quando abrimos já não estavam. Foram embora e deixaram-nos amarrados. Um tempo depois, o meu filho voltou e desmanchou as cordas. No dia seguinte, logo cedo, fugimos para Gondola.<sup>23</sup>

...

Amarraram crianças. Juntaram todas, depois entraram onde eu estava a dormir. Vasculharam aí, eu já tinha entrado em baixo da cama, não me viram e saíram.<sup>24</sup>

À semelhança das mulheres, há registo de crianças vítimas de violência física e psicológica. Para os casos das crianças, mais particularmente, importa ainda ressaltar que muitas foram privadas do direito à educação durante a guerra. Os relatos que seguem dão conta da dimensão dessa privação de educação, mas também dos traumas que persistem nas crianças em alusão:

As crianças tiveram um abate psicológico muito grande por causa do conflito. Actualmente tem medo de carros e polícias. Qualquer movimento estranho, pensam que são homens armados. Elas falam que sofreram porque viram o tio a ser torturado. Há um meu filho que está na 5ª classe. Ele se escondeu no milho para não ser encontrado (...) Pararam de estudar por causa da guerra e os professores também não têm coragem de voltar a Pindanganga para dar aulas. Uma das crianças estudava a 1ª classe e a outra 3ª classe.<sup>25</sup>

...

Meus filhos não querem voltar, nem aceitam ir visitar avô [residente em Pindaganga]. Ficaram dois anos sem estudar, porque aqui também esta difícil não temos condições neste ano estão a tentar ir à escola os mais velhos. Lá conseguíamos matricular crianças porque negócio não nos faltava e o pior é que os pais destas crianças, quando fugimos para Nhamachato [em Gondola], ele casou outra mulher lá mesmo.<sup>26</sup>

<sup>22</sup> Paulina, entrevista, Gondola, 14.08.2023.

<sup>23</sup> Tendace, entrevista, Mazikwera centro, Gondola, 14.08.2023.

<sup>24</sup> Jacinto, entrevista, Chissai-Gondola, 16.08.2023.

<sup>25</sup> Brito, entrevista, Mussinha-velha, Gorongosa, 29.07.2023.

<sup>26</sup> Marta, entrevista, Mussinha-velha, Gorongosa, 30.07.2023.

A privação da educação em contextos de conflito não somente viola os direitos humanos das crianças, mas também afecta o seu desenvolvimento. Mais particularmente, a privação se transforma em um obstáculo ao desenvolvimento futuro, ampliando ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão social. Crianças afastadas da escola por longos períodos perdem oportunidades de aprendizado, socialização e estabilidade emocional, aumentando sua vulnerabilidade a comportamentos de risco e ao recrutamento forçado por grupos armados (Wessells, 2006; Save the Children, 2019). Ademais, no contexto da segunda guerra civil em Moçambique, as consequências da violência recaíram também sobre as raparigas e mulheres. Algumas delas sofreram abusos sexuais e exploração, agravando a violação de seus direitos humanos e perpetuando desigualdades de gênero nas comunidades deslocadas.

As mulheres que eram encontradas pelos homens armados eram violentadas física e sexualmente. Foram vários casos. Quatro, se não mais, foram em Grudja [distrito de Chibabava, Sofala]. Até há caso de mãe e filha, que, quando vinham da machamba, encontraram os homens armados e foram violadas. Há dois outros casos em que as mulheres foram recuperar no hospital. As pessoas estão aqui a viver connosco. São mulheres casadas, mas nós somos do campo. Essas coisas não se falam assim abertamente, diferente da cidade onde não há tabús. Os homens querem preservar suas famílias. As mulheres também. Ela tem medo de perder lar, se revelar estes acontecimentos. Muitos casos soubemos nos hospitais. Não há segredo lá. Os que atendiam falavam na comunidade. São pessoas que moravam connosco. Mas há caso que vimos, porque a pessoa desmaiou. Foi violada por muitos homens. Vimos quando era levada para o hospital.<sup>27</sup>

...

Houve 1 caso de violação. Envolvia 3 mulheres: uma era menor, que tinha 17 anos. A posição das FADM estava próxima do rio onde as mulheres iam se banhar e lavar roupas. Os homens também iam. Era no tempo das restrições. Até as 17 horas, havia áreas onde não se andava. No dia que aconteceu, as moças tiveram azar. Estavam no lugar errado na hora errada. Foram revistadas e viram que traziam apenas roupa. Pegaram duas mais velhas para um dos buracos onde tinha minas postas durante a guerra dos 16 anos e violaram as duas meninas. Elas colocaram queixa, chamaram os soldados para serem identificados, mas eles não estavam. O caso acabou assim (...) Algumas tiveram filhos aqui na vila. Os filhos estão ali a morar de qualquer maneira.<sup>28</sup>

Importante destaque no último relato acima tem que ver com o facto do caso de violação sexual ser imputado a membros das FADM. O relatório da Human Rights Watch (2018), também reporta casos de violência física e sexual perpetrada pelas Forças de Defesa e Segurança (FDS) durante a segunda guerra civil no país. Estes são, pois, episódios bastante graves, porquanto as FDS são entidades com responsabilidades acrescidas na defesa das populações e dos seus direitos. Sublinhamos, porém, parte destas violações decorrem de problemas sérios no processo de recrutamento e preparação das FADM, conforme demonstramos na secção anterior, a partir do caso do grupo Trovoada. Este grupo em particular, bastante temido em Gorongosa, foi amplamente identificado como responsável por inúmeras atrocidades, incluindo tortura, fuzilamentos, invasão e destruição de propriedades. A forma como os próprios integrantes deste grupo abordam os episódios em que estiveram envolvidos, sem qualquer remorso, é revelador não somente do seu despreparo, como mencionamos, mas também do nível de banalização de actos de violação de direitos humanos no seio daquela corporação. O primeiro relato inclui fuzilamento e ocorreu em Pindaganga, no distrito de Gondola em Manica:

<sup>27</sup> Calisto, intervenção Grupo Focal, Campo de Deslocados Internos de Mutindire, 29.02.2024.

<sup>28</sup> Manuel, Intervenção no Grupo Gocal com Jovens, Vila de Gorongosa, 02.03.2024.

José: Nós imitávamos a eles, a guerrilha deles. Nós andávamos a pé. Tem militares que andam de carro. Nós andávamos a pé, porque o nosso trabalho era esse de procurar. Não de ser procurado, de procurar, não esperávamos ser procurados.

Chaimite: Vamos lá pensar nas coisas que aconteceram lá (...) Diziam que alguns militares queimavam casas. Em que circunstâncias queimavam casas?

José: Por exemplo, chegamos numa certa aldeia. O inimigo está ali. Ele dá tiro, foge. Deixa a mulher. Queimamos casa dele.

Gerson: Mas chegou a acontecer isso?

José: Sim. Até um dia ali, deparamos inimigo, demos tiro ao inimigo, caiu em baixo. Demos tiro à esposa, também foi para baixo. Queimamos a casa. Porque ele é inimigo, nós queimamos casa dele, porque sempre há-de voltar para casa dele.

Gerson: Mas a esposa é inimiga?

José: É inimiga, sim. Por que não? Se coordena com o marido. A ideia é essa. Minha mulher tem mesma ideia comigo, porque minha mulher ouve o que eu vou dizer. Se eu disser, ‘Mulher não faz isso’, ela não faz. Entende? Minha mulher tem de saber meus segredos, porque é minha mulher. Não é possível um homem ficar com arma dentro sem a mulher perceber.

O interlocutor abordava a situação, que inclui fuzilamento, à vontade, e o seu colega abanava a cabeça em sinal de concordância. No decurso da conversa, revelou que o que o grupo Trovoada fazia não se comparava com o nível de atrocidades cometidas por outras forças, tendo mencionado a UIR: “Alguns foram capturados e fomos dar os homens da UIR. Aqueles da UIR só fazem duas ou três perguntas e já estas a bazar [entenda-se: a ser morto].”<sup>29</sup> O outro interlocutor completou, frisando que os da UIR é que faziam mais execuções. José voltou a intervir para precisar: “alí na chapa 40 [em Púnguè] tem vala comum. Você entra e só encontra cabeças só.”<sup>30</sup>

Há vários episódios de tortura e extorsão atribuídos aos membros do grupo Trovoada. O caso do senhor João Miquissene, então líder de Mbulaua, na localidade de Púnguè, é apenas um exemplo. O senhor Miquissene foi recolhido em meados de 2020, juntamente com seu vizinho, o senhor Jeck, desmobilizado da Renamo. Ambos foram acusados de colaborar com JMR, uma vez que circulavam informações da passagem de integrantes daquele grupo por Mbulaua. O senhor Jeck, sendo ex-guerrilheiro, foi imediatamente associado e o senhor Miquissene foi também arrolado porque, alegavam, não poderia haver membros da JMR na sua área de jurisdição, sem o seu conhecimento. Mais detalhes com um dos familiares do senhor Miquissene, presente aquando da sua captura:

Chegaram 3 horas de madrugada. Ele estava a dormir aí. Eu também estava a dormir. Bateram na porta e, quando ele saiu, perguntaram: ‘senhor, Nhongo está aonde?’ Ele disse que era líder e que não conhecia Nhongo. No quintal estava cheio de grupo Trovoada. Outros estavam na estrada (...) não sabíamos nada. Nem tínhamos conhecimento que Jeck tinha sido levado esse dia. Foram levados no mesmo dia. Perguntaram a ele onde estava o filho. Entraram no quarto do filho e vasculharam. Pegaram no filho e perguntaram se sabia que Nhongo passava daquela casa e ele respondeu que não. Juntaram o filho com o pai e disseram que era para ele acompanhar o pai. Mandaram dormir para bater, mas um dos membros do grupo interveio e disse para não bater. Perguntaram para o jovem se tinha 200 meticas. Ele tirou e deu os 200 meticais. Não sei o que

<sup>29</sup> Bartolomeu, intervenção no Grupo Focal com soldados do Grupo Trovoada, Gorongosa, 01.03.24.

<sup>30</sup> José, intervenção no Grupo Focal com soldados do Grupo Trovoada, Gorongosa, 01.03.24.

perguntaram e a nora do senhor Miquissone respondeu. Deram-lhe muita porrada. Bateram nela até desmaiar naquele dia. De seguida colocaram o senhor Miquissone numa mota, com o filho e foram. O senhor Jeck estava amarrado, ele e seus dois filhos, também seguiram com o grupo nesse dia.<sup>31</sup>

Todos, o senhor Jeck, o senhor Miquissone e seus filhos, ficaram na base por cerca de um mês, onde foram amarrados, torturados e interrogados sobre o paradeiro de Nhongo. Depois libertaram o filho do senhor Miquissone disseram para ir procurar 10 mil meticais como condição para que o pai saísse vivo da base. Fizeram o mesmo com o senhor Jeck. Um dos seus filhos foi liberto na condição de retornar com 10 mil meticais para a libertação do pai e foi o que sucedeu. Chegado a casa, o senhor Miquissone não resistiu: perdeu a vida, vítima dos ferimentos contraídos durante a sua prisão na base do grupo Trovoadá.

No modus operandi do grupo Trovoadá, inclui-se também acções de vandalização e roubo, que estes abordam como “formas de desenrascar, pois, alegaram, “militar não rouba, desenrasca”, tal como repetiram inúmeras vezes no decurso da conversa no grupo focal que temos vindo a mencionar:

José: Por exemplo, é assim, eu estou numa missão. Daqui a Muxúngue a pé. E nós não temos reforço. Não temos o que comer. Se encontra abóbora de uma pessoa na machamba, é só desenrascar, não vale a pena. Você está com arma e tem fome. Está na mata. Então você encontra comida, pode ser de dono, você pode comer.

Chaimite: Então as condições de trabalho influenciam?

Bartolomeu: Sim. Você tem de desenrascar sim. Se não tem botas. Meu colega tem dois pares de botas. Eu desenrasco com ele mesmo. Mesmo ele não estar, eu desenrasco as botas. É para mim. É assim mesmo: tropa não rouba, desenrasca. Mesmo no quartel fala-se assim mesmo. Não tem bota, desenrasca.

Como consequência da forma de actuação do grupo Trovoadá, seus membros passaram a ser bastante temidos em Gorongosa, uma imagem que prevalece e, como mencionamos anteriormente, seus integrantes abordam as formas de actuação do grupo como sendo típica dos militares, mas, reconhecem, tem também que ver com os problemas na sua instrução: “todo militar, quando chega numa zona, não se comporta bem. Se foi [do grupo] Trovoadá, comporta-se assim. Porque o importante, nos treinos, não é a formação da nossa mente”, concluiu Bartolomeu, um dos membros do grupo que temos vindo a referenciar. Salientar que, á semelhança de outros membros do grupo Trovoadá, Bartolomeu foi depois, efectivamente, enquadrado nas FADM, depois destacado para Cabo Delgado. Ele referiu-se também a outros colegas que, como punição por se terem envolvido em práticas ilícitas durante a segunda guerra civil, foram também enviados para Cabo Delgado. A questão que prevalece: em Cabo Delgado, os referidos membros comportam-se de forma diferente? Por outra, estão melhor preparados e agem com respeito pelos direitos humanos? Há também relatos que indicam o contrário – que as FADM em Cabo Delgado cometeram violações aos direitos humanos (Morier-Genoud, 2021).<sup>32</sup>

<sup>31</sup> Virgílio, entrevista, Mbuaua-Gorongosa, 29.07.2023.

<sup>32</sup>

## 5. Violações que persistem: direitos humanos nos campos de deslocados internos

Os campos de deslocados internos (CDIs) são parte da resposta a crises de deslocamento forçado, incluindo situações de guerras. Estes permitem minorar o sofrimento das pessoas afectadas, providenciando, entre outros, melhor segurança, acesso a serviços básicos, assistência humanitária e estabilização das pessoas e comunidades. Moçambique, ao ractificar a convenção de Kampala em 2017, assumiu o compromisso de proteger e assistir os deslocados internos (IDPs). Essa convenção estabelece princípios para prevenir deslocamentos arbitrários, garantir direitos às populações deslocadas e promover soluções duradouras. Em consonância com esses princípios, o governo moçambicano criou a Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos (PEGDI), regulamentada pela Resolução n.º 42/2021, que define as directrizes para a actuação das diversas entidades envolvidas na gestão e apoio às populações deslocadas.

Entretanto, violações de direitos humanos continuam sendo relatadas nos próprios campos, revelando fragilidades na implementação das normas e na organização dos CDIs. Casos de exploração sexual, discriminação no acesso a serviços, e a precariedade de condições sanitárias e de infraestrutura são evidências das dificuldades em garantir uma protecção efectiva, conforme previsto pelas normas internacionais e nacionais. Iniciamos a reflexão, introduzindo a noção de circuito de deslocamentos.

O circuito dos deslocamentos compreende quatro etapas principais, que começam com a movimentação involuntária das pessoas das suas habitações ou locais de residência habituais. Continua com a fixação dos deslocados em locais de transito, depois em locais de acomodação e, por fim, em bairros de reassentamento. As três últimas etapas do circuito coincidem com a tipologia dos Campos ou Centros de Deslocados Internos (CDI).<sup>33</sup>

**Tabela 2:** Circuito dos deslocamentos nos locais estudados

	Origem	Trânsito	Acomodação	Reassentamento
<b>Centro/Local</b>	Pindanganga e Mucorodzi	EPC Madzikuera Centro	Mangueiras, Sede Chissai	Chissai
	Pindanganga e Mucorodzi	Makuinguindi	-----	Musinha-Velha
	Khanda e Vunduzi	EPC Mapombué	Nhataka 2	Nhataka 2
	Grudja	-----	-----	Mutindiriri

Na tabela 2, acima, o ponto de partida do circuito dos deslocados estudados, os locais de origem, encontra-se em Mucorodzi e Pindanganga no distrito de Gondola, província de Manica. Na província de Sofala, identificamos populações de Khanda e Vunduzi, no distrito de Gorongosa, e Grudja em Chibabava.

Os centros de trânsito, ou centros de recepção (CCCM, 2017) incluem a escola de Ensino Primário Completo (EPC) de Madzikuera centro e Makuinguini, em Gondola, e a EPC Mapombué, em Gorongosa. Estes são os primeiros locais onde se concentraram os deslocados, por iniciativa dos próprios deslocados ou por indicação das autoridades. São temporários, tal como os centros de acomodação, mas os últimos têm duração mais longa e, diferentemente dos centros de trânsito, são planeados e montados em locais especificamente designados para o efeito. Barros, gestor do CDI de Chissai, resume da seguinte forma a

<sup>33</sup> Combinamos diferentes documentos para a elaboração da tipologia e do circuito que referimos aqui. Destaque para os instrumentos de coordenação e gestão dos centros de acomodação na prática, da OIM (2015, 2016), e a Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos (PEGDI), do Governo de Moçambique (2021).

diferença entre estes dois tipos CDI:

Centros de trânsito são locais de chegada, não muito bem preparados. São escolas, igrejas (...) onde as pessoas ficam 3, 4 ou 5 dias, depois são tiradas para os centros de acomodação provisória, mais organizados e com melhores serviços, de onde podem voltar para seus locais de origem ou para os centros definitivos.<sup>34</sup>

Diferente dos centros de trânsito, “onde tudo é comum”, explica Barros, nos centros de acomodação os bens e serviços são providenciados para cada agregado familiar: “no trânsito, as tendas são comuns, há panela única, casa de banho comum, pratos comuns, mas na acomodação cada família recebe seu alimentar, tem seus pratos, sua tenda (...)”. Exemplos dos centros de acomodação na tabela estão “as Mangueiras”, em Chissai, no distrito de Gondola, e Nhataka 2, em Gorongosa.

Os centros de reassentamento, por sua vez, igualmente designados bairros, são locais definitivos, com infraestruturas fixas e relativamente mais resilientes. Distribuí-se terrenos, onde se fixam as residências definitivas, constrói-se furos de água, providenciam-se latrinas, entre outros serviços. Na tabela, identificamos Chissai, em Gondola, Mussinha-Velha e Nhataka 2 em Gorongosa e Mutindire em Chibabava.

Entretanto, os deslocados não passam necessariamente por todas etapas do circuito descrito acima. Alguns, ao saírem dos seus locais de origem, encontram refúgio junto de familiares residentes em locais mais seguros, sem necessariamente se fixarem nos centros de trânsito. Outros, saindo dos centros de trânsito, passam directamente para os reassentamentos, como sucedeu, por exemplo, com os deslocados que se encontravam em Musinha-velha. Outros ainda não chegam à fase do reassentamento, pois optam por retornar aos seus locais de origem. O caso de Mutindire é peculiar, uma vez que os reassentados naquele centro não passaram nem por centros de trânsito nem de acomodação. Ao saírem de Grudja, ficaram dispersos na sede do distrito de Chibabava, até que as autoridades locais decidiram distribuir terrenos para a sua fixação definitiva. Retomaremos sucessivamente ao caso de Mutindire. Prosseguimos, porém, com a análise dos problemas no acesso a serviços básicos nos CDI, destacando que, não obstante estes ocorrerem em todas as etapas do circuito apresentado, são mais críticos na etapa de transição (centros de trânsito), geralmente improvisados, por vezes por iniciativa dos próprios deslocados.

## 5.1. Abrigos

Começamos pelo abrigo, fundamental porque condiciona o respeito e protecção de outros direitos: “(...) [abrigo] É um meio de garantir os direitos das pessoas à segurança física, saúde, privacidade e dignidade. Como tal, é componente importante da protecção” (OIM, 2015, p.220). Em todos os CDI estudados encontramos pessoas que, durante dias, ficaram ao relento, sobretudo na fase de trânsito. Em Chissai, por exemplo, esta situação durou mais de trinta dias e a família de Sara Basso, que citamos abaixo, foi uma das afectadas:

Ficamos um mês e meio a dormir ao relento. Um dia desses choveu muito [que] nem conseguimos dormir, porque era tudo água (...) Crianças adoeceram por causa da chuva (...) ficamos 5 dias sem comer (...) um mês e meio sem latrinas. Bebíamos água suja.<sup>35</sup>

Esta família teve depois de partilhar uma tenda com outras duas famílias, quando chegou a fase da acomodação. O extrato que se segue dá conta de problemas similares em Nhataka 2.

<sup>34</sup> Barros, entrevista, Gondola, 22.02.2024.

<sup>35</sup> Sara Basso, Intervenção no grupo focal com mulheres, Chissai, 15.08.23

Chegamos aqui em Gorongosa em 2013. Paramos na escola, onde dormíamos nas salas. O governo nos tirou para cá em Nhantaka e deu-nos tendas. Aqui era tudo mato. Não tinha casas. Limpamos para colocarem tendas, [mas] antes dormíamos ao relento. Na minha tenda estavam 3 casais. Depois deram nos terrenos aqui mesmo.<sup>36</sup>

Os problemas com o abrigo continuam nos reassentamentos, com casos como o de Mutindire, onde os deslocados receberam apenas terrenos e não tiveram qualquer auxílio para a construção das habitações. Tiveram “até de pedir catanas aos nativos para desbravar as matas,”<sup>37</sup> e usaram capim para a cobertura, porque nem o INGD, nem os parceiros, e muito menos a administração local, se mostrou disponível a ajudar com os abrigos. Há ainda casos de famílias que não conseguiram sequer os terrenos porque não dispunham dos 500 meticais alegadamente cobrados por alguns gestores dos CDI para cederem os espaços. Estes casos foram reportados em Chissai.

Assim, com o acesso inadequado a abrigos, compromete-se diversos direitos fundamentais, como a saúde e a dignidade humana, impactando de forma mais severa grupos vulneráveis como crianças e mulheres. A precariedade vivida nos CDIs, com famílias expostas ao relento, configura uma violação do direito a condições mínimas de vida digna, uma situação que não só agrava os riscos de doenças e traumas, como também aprofunda a desigualdade social, perpetuando vulnerabilidades estruturais que afectam o futuro reassentamento das famílias deslocadas.

## 5.2. Água e saneamento

A questão da água e saneamento é também crítica. Em Musinha-velha, Mutindire e Chissai, na fase de transição, os deslocados consumiam água imprópria, tirada dos rios, e alguns percorriam longas distâncias para aceder aos próprios rios: “a água era grande problema aqui no reassentamento. Íamos tirar no riacho, que dista 30 minutos a pé, mas, para além da distância, a água não era boa. Só tivemos bombas dois anos depois de estarmos aqui,”<sup>38</sup> explicou Joana Pessene, intervindo num grupo focal com mulheres em Mutindiri. A OIM (2016) recomenda que as fontes de água estejam numa distância máxima de 50 metros dos abrigos e que uma torneira deve servir a 250 pessoas, uma realidade muito distante na maioria dos CDI estudados, conforme se depreende do último extracto. Em Chissai, por exemplo, três furos chegaram a ser usados por cerca de 1500 pessoas, numa proporção de 500 para cada furo, o dobro do que se recomenda. Em Mutindire, por sua vez, até hoje existem apenas duas fontes de água para 2715 pessoas, portanto, bastante aquém do recomendado.

A qualidade da água tem implicações na saúde dos deslocados e casos de diarreias eram reportadas frequentemente, sobretudo em crianças. A situação era ainda agravada pela falta de latrinas. Sara, citada no início deste Ideias, faz referência a esta realidade: “(...) bebíamos água suja, do riacho Chindzo. Ficamos um mês e meio sem latrinas (...) [alguns nativos] Defecavam neste riacho que tirávamos água e isso contaminava a água.”<sup>39</sup>

O acesso limitado a água potável e saneamento básico é uma violação directa dos direitos à saúde e à vida. O consumo de água imprópria e a falta de latrinas, como relatado nos CDIs, expõem os deslocados a doenças como diarreia, especialmente em crianças, além de comprometer sua integridade física e bem-estar. A distância excessiva entre as fontes de água e os abrigos, além do racionamento inadequado, revela falhas graves na gestão humanitária, impactando não apenas a sobrevivência imediata, mas também a

<sup>36</sup> Paulo Jasse, Intervenção no grupo focal, Nhataka 2, 03.08.23.

<sup>37</sup> Jossias Tendere, intervenção no grupo focal, Mutindire, 22.02. 2024.

<sup>38</sup> Joana Pessene, intervenção no grupo focal com mulheres, Mutindiri, 30.08.23.

<sup>39</sup> Sara Basso, intervenção no grupo focal com mulheres deslocadas, Gondola, 15.08.23.

saúde pública e a dignidade das pessoas deslocadas.

### 5.3. Alimentação

Na alimentação, para além das famílias que ficaram dias sem receber qualquer ajuda, sobretudo nos centros de transição, os principais problemas têm que ver com a gestão das listas dos beneficiários, as quantidades dos produtos que compõem os *kits* alimentares e a distribuição irregular desses *kits*. Os *Kits* básicos eram essencialmente compostos por 25kg de arroz, 2 litros de óleo, 5kg de feijão, por vezes alternados com 4 latas de sardinha, e quantidades não especificadas de sal. São quantidades definidas para até 5 membros por família, quando algumas chegavam a ser compostas por mais de doze membros. Havia também falhas na distribuição destes *kits*, excedendo-se, por vezes, a periodicidade mensal definida pelo INGD. A situação era ainda mais grave em Mutindire, onde os deslocados receberam em intervalos de 5 meses, e apenas 3 vezes em 2 anos. Estes problemas eram agravados pela forma como se fazia a gestão das listas dos beneficiários, com relatos de compadrio, alegado desvio dos alimentos, oportunismo, entre outros:

O meu nome era chamado no princípio. Depois de um tempo, pararam de chamar. Eu ia a fila para receber, mas meu nome nunca era chamado. Muita gente estava nesta situação. O carro vinha e voltava com comida, deixando pessoas sem nada. Nós corríamos atrás do carro, mas eles aumentavam a velocidade e iam [embora] (...) colocavam nas listas os nomes de amigos deles para depois venderem, porque aquela comida toda não era para comerem. Davam donativos aos conhecidos. O que recebiam não reclamavam por medo de apagarem seus nomes também. Uma vez trouxeram panelas disseram façam fila, não me deram, nem outras tantas pessoas não receberam, depois de termos queimado com sol. Tenho crianças pequenas, família, mas nunca me deram nada, até o apoio terminar em Setembro de 2021.<sup>40</sup>

A última interlocutora expressava-se num tom de revolta, pois considerava-se injustiçada, mas outros interlocutores também se referiram a episódios de cobranças de valores para inclusão nas listas, assédio de mulheres e raparigas por parte de alguns gestores e parceiros, mas também, do lado dos próprios beneficiários, o fornecimento de dados falsos. Aprofundaremos a análise destes problemas quando abordarmos a situação de cada um dos grupos-alvos da pesquisa, nomeadamente as mulheres, crianças e jovens.

Portanto, as dificuldades na gestão dos *kits* alimentares violam o direito humano à alimentação e agravam a situação de insegurança alimentar dos deslocados. A distribuição irregular, a manipulação de listas e o desvio de donativos não apenas reforçam dinâmicas de exclusão e desigualdade, mas também colocam em risco a saúde e a sobrevivência das populações afectadas. Esses problemas reflectem a ineficiência na coordenação da assistência e demonstram a necessidade de maior transparência e supervisão na gestão dos recursos.

...

Em suma: acesso aos abrigos, alimentação, água, saneamento são críticos nos CDI estudados, sendo ainda maiores nos centros de trânsito, mais precários e, alguns, improvisados pelos próprios deslocados. Estes problemas põem em causa o exercício dos direitos humanos essenciais dos deslocados, com destaque para os direitos sociais, onde se integram os serviços analisados. Salientar que o artigo 25 da Declaração universal dos Direitos Humanos estipula que

<sup>40</sup> Berta Tomé, entrevista, Chissai, 17.08.23.

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

#### 5.4. Gestão dos CDI

Parte dos problemas identificados na provisão dos serviços básicos nos CDI decorrem tanto da deficiente coordenação entre os actores envolvidos na gestão dos CDI e da ajuda condicionada por parte dos ‘parceiros’. O problema de coordenação surge na interação entre o INGD, os Serviços Provinciais de Planeamento e Infraestruturas (SDPI), os municípios e os ‘parceiros’. Parceiro é o termo genérico usado localmente para se referir a todas entidades que, não estando directamente associadas ao governo, participam na assistência humanitária nos CDI. Podem ser agências humanitárias, parceiros de cooperação, organizações não governamentais, entre outros. Este tem um grande protagonismo, na medida que deles depende praticamente toda a ajuda prestada aos deslocados. Sucede, pois, que, não obstante a responsabilidade do INGD em “coordenar as ações e organizações envolvidas na assistência humanitária” (PEGDI, p.1419), o SDPI e os municípios interagem directamente com os parceiros, de quem buscam apoios, e, com eles, também directamente, prestam assistência aos deslocados. O resultado é uma situação de dupla assistência para alguns e, para outros, ausência de assistência.

O problema da ajuda condicionada tem que ver com os próprios ‘parceiros’. Esta ocorre tanto na relação entre os próprios parceiros e seus financiadores como entre os parceiros e os deslocados. O pequeno extracto que se segue, retirado da fala de um dos parceiros baseados em Chimoio, resume a situação dos primeiros: “projectos vem de Maputo. Eu devia fazer projecto e mandar para a sede, mas é o contrário. Só fomos a Gondola uma única vez, porque só foi essa vez que nos deram coisas de Maputo. Disseram temos este dinheiro, vai comprar isto. Nós não temos como”<sup>41</sup>. Ou seja, o apoio dos próprios parceiros é condicionado pelo apoio que lhes é prestado por outros parceiros, e estes condicionalismos continuam na relação entre estes e os deslocados. A expressão “se não for para aqui, recuamos (...)”<sup>42</sup>, pronunciada por um representante do SDPI, é elucidativa. Em Gondola encontramos o exemplo de um parceiro que se recusou a colocar um furo de água no CDI de Chissai, alegadamente porque era destinado a outro centro no mesmo distrito, o de Macequece. Ora, segundo os responsáveis pelos CDI em Gondola, Chissai tem mais necessidades de água que Macequece, pelo que procuraram convencer o parceiro a efetuar a troca, o que não sucedeu. O furo acabou sendo colocado num espaço relativamente próximo de outro furo em Macequeze, em prejuízo dos deslocados de Chissai. Igualmente de Chissai, o outro exemplo é o da tentativa de um parceiro colocar um tanque bebedouro para animais de grande porte naquele CDI, quando nenhum deslocado possui animais de grande porte e o próprio CDI não tem espaço para o efeito.

A fragmentação na coordenação entre o governo, parceiros e comunidades locais não apenas compromete a eficiência da assistência, mas também agrava a exclusão e a desigualdade no acesso aos serviços. A “ajuda condicionada”, direccionada por interesses externos e pela lógica de projetos, revela a dependência das intervenções humanitárias em relação às prioridades dos financiadores, em detrimento das reais necessidades dos deslocados. Essa situação reforça a vulnerabilidade dos deslocados, deixando-os sujeitos a arbitrariedades e à insegurança contínua.

...

<sup>41</sup> João Bila, entrevista, Chimoio, 23.02.2024.

<sup>42</sup> Dércio Paulo, entrevista, Manica, 22.02.2024.

Em síntese, as falhas na provisão de abrigos, alimentação, água e saneamento reflectem a fragilidade dos mecanismos de protecção de direitos humanos nos CDIs. A precariedade das condições de vida coloca em risco direitos sociais fundamentais, conforme estipulado no Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garante a todos um padrão de vida adequado para sua saúde e bem-estar. Além disso, as falhas de gestão e a exclusão no acesso à assistência agravam ciclos de vulnerabilidade e perpetuam desigualdades sociais, demandando reformas estruturais na organização e funcionamento dos CDIs para assegurar uma protecção efectiva e respeitar os direitos humanos dos deslocados.

## 6. Jovens, mulheres e crianças nos CDI

### 6.1 Jovens nos CDI

Nos centros de reassentamento, como Chissai e Mutindiri, foi constatada a ausência de programas específicos para jovens deslocados, o que aumenta sua exposição ao alcoolismo, drogas e, no caso das mulheres, a casamentos prematuros. O relato de um gestor municipal reflecte essa realidade:

Não havia programas específicos para jovens no centro de reassentamento de Chissai. Isso deixava os jovens propensos a actividades ilícitas, há muita bebedeira da parte deles. Nós, como município, não tínhamos acções próprias e dependíamos dos parceiros. Projectamos algumas iniciativas para jovens, mas encontramos dificuldades na implementação por falta de financiamento.<sup>43</sup>

Em Mutindiri, os próprios jovens manifestaram insatisfação durante discussões em grupos focais sobre a ausência de programas juvenis, afirmando que isso os expõe a diversos riscos, como os mencionados acima. A situação relatada em Gondola é semelhante, com jovens previamente engajados em actividades como produção e venda de carvão ou garimpo agora sem alternativas de sustento.

A falta de oportunidades de formação e emprego nos centros de reassentamento fragiliza ainda mais os jovens deslocados, tornando-os alvos fáceis para promessas de recrutamento por grupos armados. No entanto, os gestores dos CDI confirmam que, mesmo quando iniciativas para jovens são propostas, a implementação falha devido à escassez de financiamento externo. Sem essas intervenções, jovens que antes possuíam meios próprios de sobrevivência ficam expostos a criminalidade, drogas e comportamentos de risco. Como resultado, a incapacidade de integrar esses jovens socialmente agrava a insegurança e aumenta a probabilidade de surgirem novos focos de violência.

### 6.2 Mulheres nos CDI

Nos CDIs, as mulheres enfrentam uma situação crítica de vulnerabilidade. Depoimentos indicam que a distribuição de donativos frequentemente se tornou um espaço para abuso e exploração. Em alguns casos, líderes comunitários e outros responsáveis pela distribuição de ajuda humanitária exigiam favores sexuais ou desviavam parte dos donativos para uso próprio. Por exemplo, em Mutindiri, houve registos de ameaças e apropriação indevida de itens de distribuição, práticas que perpetuavam o ciclo de violência e impunidade.

A exclusão social das mulheres se manifesta também nas dificuldades de acesso a recursos básicos e projectos de geração de renda. Em Chissai, muitas mulheres se queixaram da ausência de apoio contínuo e relataram que, após a interrupção dos donativos, foram obrigadas a realizar trabalhos informais, como carregar pedras e areia, para sustentar suas famílias: "carregamos pedras e areia para ter algum dinheiro para as crianças comerem".<sup>44</sup> A precariedade é agravada pela falta de emprego para os maridos e a dependência de biscatos, intensificando a sobrecarga económica das mulheres que assumem o papel de chefes de família. Só no CDI de Mutindire, identificamos 30 mulheres chefe de família, algumas em virtude da morte dos seus maridos durante a guerra. Segundo estas, apesar de terem sido registadas diversas vezes para acederem ao apoio dos serviços distritais de acção social, nunca se beneficiaram. Ao abordarem a questão, a designam de "canção do Instituto Nacional de Acção Social (INAS), num disco furado. Não vale a pena falar"<sup>45</sup>, tal como mencionou uma das participantes de um grupo focal naquele distrito.

<sup>43</sup> Barros, entrevista, Gondola, 27.02.2024.

<sup>44</sup> Josiza, intervenção no grupo focal em Chissai-Gondola, 25.02.2024.

<sup>45</sup> Joana Bartolomeu, intervenção no grupo focal com mulheres, Mutindire, 22.02.2024.

A exploração económica se junta às práticas culturais e sociais que agravam a vulnerabilidade feminina, como o casamento prematuro, uma prática intensificada pela situação de precariedade nos campos. “Aceitam se submeter a essas práticas como resposta aos problemas que enfrentam”, revela um ponto focal municipal.<sup>46</sup> Essa submissão mostra o impacto da pobreza e da insegurança na manutenção de normas patriarcais, perpetuando a exclusão e a desigualdade.

A situação de assistência nos CDI revelou-se insuficiente e desigual. Ainda que kits de dignidade, como pensos higiénicos e calcinhas, tenham sido distribuídos, esses materiais eram escassos e inconsistentes. “Davam por três vezes, depois nunca mais deram, fomos nos desenrascando”<sup>47</sup>. Além disso, a desorganização da distribuição deixou muitas famílias sem os recursos prometidos, com mulheres sendo obrigadas a percorrer longas distâncias para receber apoio, frequentemente sem sucesso: “Fomos para Chissai, mas não nos deram nada, disseram que não éramos deslocados.”<sup>48</sup>

Os traumas vividos durante o deslocamento também afectam a saúde mental das mulheres. A violência e as condições degradantes nos campos deixaram cicatrizes duradouras. Como relatado por Zelinha, uma deslocada em Vanduzi-Manica: “Se me lembrar do sofrimento, meu coração dói (...) estava grávida com crianças, passei frio, fiquei doente por uma semana”<sup>49</sup>. Esses testemunhos reflectem não apenas o impacto imediato do conflito, mas também a falta de apoio psicológico adequado para as mulheres no pós-conflito, uma realidade já identificada por Igreja et al. (2006).

Além disso, o contexto de reassentamento revela novas camadas de dificuldades. Algumas mulheres preferem não retornar às suas zonas de origem devido ao medo de novos conflitos. “Prefiro ficar aqui a sofrer do que ir procurar morte (...) Nhongo matava, a polícia também matava”<sup>50</sup>. Essa hesitação em regressar demonstra o impacto profundo do conflito na confiança e na segurança dessas populações.

### 6.3 Crianças nos CDI

As crianças nos CDI sofrem com a interrupção da educação, perda de documentos e carências materiais, vivendo entre a fome e a insegurança. Além dos impactos na saúde física, enfrentam traumas profundos causados por experiências violentas e pela instabilidade. A falta de apoio psicossocial e a ausência de actividades recreativas dificultam sua recuperação emocional e reintegração na sociedade.

O relato de uma mãe deslocada, residente no CDI de Chissai, dá conta da situação da educação das crianças: “Chegamos em 2020 no início das aulas, mas os professores fugiram por causa do conflito e, depois, veio a Covid-19 e tudo parou. Aqui, as crianças só foram inscritas em 2021.”<sup>51</sup> Embora algumas iniciativas tenham sido implementadas para matricular crianças em escolas próximas, como Bela Vista e Madzicuera, muitos obstáculos persistem, conforme revela outra mãe, intervindo num grupo focal, igualmente em Chissai: “as crianças vão à escola, mas fazemos biscatos para comprar material escolar. A matrícula é gratuita, mas falta sapatos, chinelos e material escolar.”<sup>52</sup>

Além da falta de materiais, muitas famílias relatam a dificuldade de escolher entre priorizar entre a alimentação ou a educação das crianças: “Agora nem cadernos conseguimos comprar, porque pensamos primeiro em comida. Como a criança vai estudar com fome?”<sup>53</sup>

<sup>46</sup> Barros, entrevista, Gondola, 27.02.24.

<sup>47</sup> Benigna, intervenção no grupo focal com mulheres, Mutindire, 22.02.2024.

<sup>48</sup> Abilia, intervenção no grupo focal misto em Mutenga -Chissai, Gondola, 24.02.2023.

<sup>49</sup> Zelinha, entrevista, Vanduzi-Manica, 18.08.2023.

<sup>50</sup> Maria, entrevista, Musinha-Velha, Gorongosa, 30.07.2023.

<sup>51</sup> Josiza, intervenção no grupo focal em Chissai-Gondola, 25.02.2024.

<sup>52</sup> Nhademba, Intervenção no grupo focal em Chissai-Gondola, 22.02.2024.

<sup>53</sup> Nasia, entrevista, Mazikwera, Gondola, 14.08.2023.

Entretanto, crianças não apenas enfrentaram interrupções na educação, mas também carregam traumas profundos. O medo gerado pela presença de militares e pelo som de carros ainda persiste, como explica outro interveniente em outro grupo focal, igualmente em Chissai: “Quando ouvimos o barulho dos carros militares, as crianças fugiam. Hoje estão um pouco mais calmas, mas ainda perguntam se voltaremos para o lugar de onde saímos.”<sup>54</sup>

Os apoios comunitários são limitados, e embora algumas crianças tenham recebido cadernos e roupas, estes materiais revelam-se insuficientes: “Recebemos cadernos dos brasileiros em 2022, mas nunca mais recebemos apoio desde então.”<sup>55</sup> Além disso, a falta de documentos é um problema recorrente: “Fugimos sem documentos, e até agora não os temos.”<sup>56</sup>

Apesar dos esforços de alguns atores locais para integrar as crianças na escola, os recursos limitados afectam negativamente sua saúde mental. Segundo explica o ponto focal do município de Gondola, “as crianças não têm jogos psicossociais para esquecer os traumas das armas, e não houve apoio suficiente para lidar com o medo e o trauma”<sup>57</sup>. A falta de lazer e apoio contínuo torna difícil a recuperação emocional e a reintegração plena dessas crianças, que carregam esses traumas.

Ademais, algumas crianças acabaram assumindo a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos após perderem os pais. Como relatado pela representante do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas (SDPI) em Gondola: “Duas crianças cujos encarregados foram assassinados passaram a ser acompanhadas pelos serviços de Acção Social. Foram matriculadas na escola, mas a inserção foi gradual devido à falta de documentos”.<sup>58</sup>

Portanto, a situação das crianças nos CDI estudados não se limita à privação educacional, mas inclui também a necessidade de apoio psicológico, alimentação adequada e documentação. A continuidade desses problemas demonstra a urgência de políticas mais eficazes e de uma cooperação integrada entre governo, sociedade civil e organizações internacionais para romper os ciclos de trauma e garantir um futuro mais seguro e inclusivo para essas crianças.

## 6.4 Pessoas com deficiência nos CDI

Pessoas com deficiência encontram-se entre os mais negligenciados nos CDIs, com pouca ou nenhuma inclusão em programas humanitários. Embora algumas iniciativas comunitárias ofereçam apoio limitado, como moradias e alimentação temporária, a falta de continuidade no auxílio agrava sua situação de fome e exclusão. A ausência de políticas públicas eficazes reforça a marginalização desse grupo, impedindo sua reintegração plena e digna.

Nos campos de reassentamento de Mutindiri, Mussinha Velha, Nhataka 2 e Chissai, verificou-se que não houve atenção adequada às pessoas com deficiência. No caso de Chissai, dos 13 indivíduos com deficiência identificados, apenas três receberam apoio em habitação por meio de uma iniciativa comunitária denominada “casas de amor”. As referidas “casas de amor” foram construídas por um jovem local com o apoio de uma igreja brasileira, e localizam-se em Vanduzi, na localidade de Chiremera, bairro de Nhatemba, em Manica. Entre os beneficiários estavam dois irmãos com deficiência visual e uma mãe de três filhos com deficiência física nos membros inferiores.

O ponto focal do município destacou que, embora essas pessoas tenham saído de Chissai com o

<sup>54</sup> Baulo, intervenção no grupo focal em Chissai-Gondola, 24.02.2024.

<sup>55</sup> Nhademba, Intervenção no grupo focal em Chissai-Gondola, 22.02.2024.

<sup>56</sup> Jorge, intervenção no grupo focal em Nhataka 2, Gorongosa, 25.02.2024.

<sup>57</sup> Barros, entrevista, Gondola, 27.02.2024.

<sup>58</sup> Bento, entrevista, Gondola, 23.02.2024.

consentimento das autoridades, não houve um acompanhamento estruturado. Houve promessas de alimentação e um projecto de criação de galinhas para venda, mas essas iniciativas não se mantiveram:

Nos primeiros 6 meses recebemos comida: arroz, óleo, caldo e sabão. Depois, com a chegada de outras famílias deficientes, as quantidades diminuíram. Hoje, já não recebemos nada há mais de três meses; a última vez foi em dezembro.<sup>59</sup>

Os deslocados com deficiência expressaram frustração com a interrupção do apoio, sentindo-se enganados pelas promessas iniciais: “Antes, em Chissai, tínhamos comida, mas não casa. Agora temos casa, mas não temos comida,” referiu a última interlocutora referenciada acima. Esta comparação reflecte a precariedade das condições actuais e a quebra de expectativas sobre o reassentamento. Em alguns casos, surgiram suspeitas de que os recursos destinados à alimentação teriam sido desviados para outros fins. Alguns deslocados manifestaram o desejo de retornar a Chissai, mas foram impedidos porque suas residências anteriores já não existem.

A ausência de programas específicos para pessoas com deficiência nos campos de reassentamento agrava sua vulnerabilidade. Esses indivíduos dependem fortemente da ajuda externa, mas a descontinuidade de apoio os expõe a situações de fome e exclusão. O caso dos beneficiários em Nhathemba ilustra como iniciativas comunitárias, embora bem-intencionadas, não são suficientes sem uma estrutura de apoio sustentável e comprometimento governamental e institucional.

Em síntese, situação nos CDIs revela um quadro complexo de vulnerabilidades, onde jovens, mulheres, crianças e pessoas com deficiência enfrentam múltiplas formas de exclusão e violência, exacerbadas tanto pelo conflito quanto pela insuficiência das respostas humanitárias adequadas. As mulheres suportam sobrecarga familiar, enquanto crianças têm seu direito à educação e bem-estar comprometidos, sofrendo também com traumas profundos. Os jovens, marginalizados e sem oportunidades, ficam expostos a comportamentos de risco e recrutamento para actividades criminosas, e as pessoas com deficiência permanecem negligenciadas, sem acesso adequado a programas de inclusão.

<sup>59</sup> Paulina, intervenção no Grupo Focal em Vanduzi, Manica, 21.02.2024.

## Conclusão

A análise do impacto da guerra nos direitos humanos na região do Vale do Zambeze evidencia um cenário de violações graves e persistentes, tanto no período do conflito quanto nos seus desdobramentos, especialmente nos CDIs. Assassinatos, tortura, extorsão, pilhagem, destruição de propriedades e violência sexual foram cometidos indiscriminadamente por guerrilheiros da Renamo, da JMR e pelas forças governamentais (FADM). Essas acções não apenas deixaram um rastro de morte e sofrimento, mas também produziram traumas psicológicos profundos, tanto entre combatentes quanto entre civis. As marcas da guerra vão além das consequências físicas, perpetuando-se através do trauma e da exclusão social nas populações afectadas.

Nos CDIs, os efeitos da guerra permanecem vivos e ainda mais intensos para grupos vulneráveis, como crianças, mulheres, jovens e pessoas com deficiência. As crianças, além de terem sua educação interrompida, enfrentam dificuldades para se alimentar adequadamente e encontram barreiras no acesso a cuidados de saúde essenciais. Essa realidade compromete seu desenvolvimento integral e aprofunda o trauma psicológico, perpetuando um ciclo de exclusão e marginalização que pode repercutir ao longo de suas vidas.

As mulheres continuam expostas à violência sexual e à exploração económica, além de enfrentar desigualdade na distribuição de assistência humanitária. A falta de protecção adequada e a ausência de políticas inclusivas agravam sua situação, mantendo o ciclo da sua marginalização e limitando suas oportunidades de reconstruir a vida após o conflito.

Os jovens tem poucas ou nenhuma oportunidades de educação técnica e vocacional, além de enfrentarem a ausência de programas eficazes de reintegração e de acesso ao emprego. Sem perspectivas de futuro, eles permanecem em situação de vulnerabilidade, susceptíveis a comportamentos de risco, como criminalidade, e expostos à possibilidade de envolvimento em novos ciclos de violência.

As pessoas com deficiência são particularmente negligenciadas. Muitas sofrem com isolamento social, fome e assistência inadequada, sendo pouco abrangidos tanto nas políticas públicas quanto nas respostas humanitárias. Essa exclusão agrava suas condições de vida, reforçando a vulnerabilidade dessas pessoas em um contexto já adverso.

Para superar esses desafios, é essencial adoptar uma resposta integrada, que vá além da assistência humanitária emergencial e aborde as raízes estruturais das violações de direitos humanos. Políticas inclusivas e sustentáveis devem ser formuladas para garantir que os direitos fundamentais dessas populações sejam respeitados e protegidos. Isso inclui o fortalecimento da educação e da saúde, a criação de oportunidades de emprego e programas de reintegração social, e a implementação de mecanismos de protecção contra a violência, especialmente para mulheres e crianças.

A construção de um futuro mais justo e digno no Vale do Zambeze depende de um compromisso colectivo entre o governo, organizações não governamentais, sociedade civil e as comunidades. Esses actores precisam coordenar esforços para romper os ciclos de violência e exclusão, promovendo justiça, segurança e desenvolvimento sustentável. Apenas com essa abordagem integrada será possível garantir que as populações mais afectadas – especialmente crianças, jovens, mulheres e pessoas com deficiência – possam reconstruir suas vidas e exercer plenamente seus direitos, transformando o Vale do Zambeze em uma região mais inclusiva e resiliente. A falta de acção diante das persistentes violações dos direitos humanos, incluindo dos ex-combatentes, aumenta o risco de violência futura, ampliando a vulnerabilidade de uma região já marcada por guerras recorrentes.

# Recomendações

## 1. Crianças

- Implementar programas emergenciais para garantir a continuidade da educação em zonas afectadas pela guerra e nos CDIs, incluindo escolas móveis e espaços de aprendizagem seguros;
- Melhorar o acesso a cuidados de saúde e oferecer apoio psicossocial, com ênfase na recuperação de traumas;
- Fortalecer mecanismos de protecção contra violência, abuso e recrutamento forçado, assegurando que crianças não sejam expostas a novos riscos durante conflitos e deslocamentos.

## 2. Mulheres

- Criar e fortalecer centros de atendimento às sobreviventes de violência sexual, garantindo apoio jurídico, psicossocial e de saúde;
- Promover programas de geração de renda para mulheres, especialmente nos CDIs, garantindo acesso a oportunidades económicas e independência financeira;
- Assegurar a distribuição equitativa e contínua da ajuda humanitária, priorizando as necessidades específicas das mulheres.

## 3. Jovens

- Desenvolver programas de educação vocacional e formação profissional, bem como iniciativas de inserção no mercado de trabalho;
- Criar projetos de reintegração social para jovens ex-combatentes, evitando seu envolvimento em atividades criminosas ou novos conflitos;
- Promover espaços de participação cívica e inclusão política, estimulando o protagonismo juvenil na construção da paz e na tomada de decisões.

## 4. Pessoas com Deficiência

- Garantir que pessoas com deficiência sejam devidamente incluídas em todos os programas de assistência e recebam apoio contínuo;
- Adaptar infraestruturas e serviços nos CDIs e nas zonas afectadas pelo conflito para que sejam acessíveis a pessoas com deficiência;
- Formular políticas específicas de inclusão e protecção, promovendo a dignidade e autonomia desse grupo vulnerável.

Para além das recomendações acima, voltadas aos grupos específicos visados pelo estudo, é necessário considerar intervenções mais amplas que fortaleçam as instituições estatais e assegurem uma resposta integrada e sustentável aos desafios identificados. Um aspecto crucial é o fortalecimento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, que têm responsabilidades acrescidas por serem uma entidade estatal com o dever de proteger a população civil. Para isso, é imprescindível melhorar a formação dos militares em direitos humanos e em direito humanitário internacional, garantindo que o uso da força seja

conduzido de acordo com os padrões internacionais. Além disso, é necessário assegurar que as FADM actuem com responsabilidade e transparência, sendo responsabilizadas por eventuais abusos cometidos. A criação de mecanismos independentes de monitoramento e prestação de contas é igualmente essencial para promover a confiança entre a população e as instituições militares.

Por outro lado, a superação dos desafios, sobretudo nos CDI, exige uma resposta integrada e coordenada que vá além da assistência emergencial. O fortalecimento da coordenação entre o governo, organizações não governamentais e agências internacionais é essencial para garantir respostas eficazes e abrangentes. Políticas de longo prazo devem ser formuladas com foco na inclusão, justiça e segurança, promovendo a reintegração social e a protecção dos direitos humanos das populações afectadas.

O envolvimento da sociedade civil é igualmente indispensável. É fundamental que haja um compromisso colectivo que garanta a participação activa de diversos setores sociais na construção da paz e na implementação de políticas públicas. Esse engajamento amplo permitirá que as necessidades e perspectivas das comunidades mais vulneráveis sejam ouvidas e integradas, rompendo os ciclos de violência e exclusão que perpetuam a marginalização de crianças, jovens, mulheres e pessoas com deficiência. Somente com um esforço coordenado será possível proporcionar um futuro mais justo e digno para todos.

## Referências

Abrahamsson, H., & Nilsson, A. (1994). *Mozambique: The troubled transition: From socialist construction to free market capitalism*. London: Zed Books.

ACLED (Armed Conflict Location & Event Data Project). (2021). "Data on Political Violence and Protest: Mozambique." Disponível em: <https://acleddata.com>. (Consultado a 7 de Outubro de 2024).

African Union Convention for the Protection and Assistance of Internally Displaced Persons in Africa (Kampala Convention). Disponível em: <https://au.int/en/treaties/african-union-convention-protection-and-assistance-internally-displaced-persons-africa>. (Consultado a 23 de Outubro de 2024).

Bertelsen, B. E. (2020). Violência de gênero em contextos de conflito: Reflexões a partir da guerra civil em Moçambique. *Revista de Estudos Africanos*, 56(2), 134-156.

Boothby, N. (2006). What happens when child soldiers grow up? The Mozambique case study. *Intervention*, 4(3), 244-259.

Cahen, M. (1990). Mozambique: The debate continues. *Southern Africa Report*, 5(2), 26-45.

Canal de Moçambique. (2019). Mariano Nhongo acusa Ossufo Momade e a PRM de promoverem homicídios na zona centro. Canal de Moçambique.

CanalMoz. (2010). Reuniões da Renamo vigiadas pela força de Intervenção Rápida. CanalMoz. Disponível em [https://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2010/01/reuni%C3%B5es-da-renamo-vigiadas-pela-for%C3%A7a-de-interven%C3%A7%C3%A3o-r%C3%A1pida.html](https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2010/01/reuni%C3%B5es-da-renamo-vigiadas-pela-for%C3%A7a-de-interven%C3%A7%C3%A3o-r%C3%A1pida.html) (Consultado a 12 de Fevereiro de 2024).

Chingono, M. (2015). *Women, War and Peace in Mozambique: The Case of Manica Province*. [Manuscrito].

CIP. (2024). Futuro da Renamo na visão de Ossufo Momade. CIP. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cSrHRbxcSEU> (Consultado a 23 de Junho de 2024).

Collier, P. & Hoeffler, A. (2004). "Greed and Grievance in Civil War." *Oxford Economic Papers*, 56(4), 563-595.

Darch, C. (2018). Uma história de sucesso que correu mal? O conflito moçambicano e o processo de paz numa perspectiva histórica. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung.

Dolan, C. (2002). *Collapsing Masculinities and Weak States: A Case Study of Northern Uganda*.

DW (2015). Afonso Dhlakama sai ileso de uma nova emboscada. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/afonso-dhlakama-sai-ileso-de-uma-nova-emboscada/a-18742343> (Consultado a 14 de Junho de 2024).

DW. (2014a). Cronologia do conflito em Moçambique (1974-2014). DW. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/momentos-de-instabilidade-pol%C3%ADtica-em-mo%C3%A7ambique-uma-cronologia/a-16912568> (Consultado a 23 de Março de 2024).

DW. (2014b). Renamo fala de desertores indisciplinados. DW. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/renamo-momade-atribui-conflitos-internos-a-desertores-indisciplinados/a-49860746> (Consulta-

do a 23 de Março de 2024).

Eusébio, A. J., & Magalhães, S. B. (2018). Instabilidade político-militar, deslocamentos compulsórios e a vida cotidiana em Moçambique: Uma agenda de pesquisa. *Revista de Ciências Sociais*, 49(1), 349-374.

Fearon, J. D. (2007). Iraq's Civil War. *Foreign Affairs*, 86(2), 2-15.

Feijó, J. (2021). O papel das mulheres no conflito em Cabo Delgado: Entendendo os ciclos viciosos da violência. Maputo: OMR & FES. Friedrich-Ebert-Stiftung.

Ferris, E., & Stark, C. (2012). Internal Displacement in Africa: A Development Challenge.

Figueiredo, C. (2020). Juventude e conflito armado: Análise das motivações e consequências da participação juvenil nos conflitos em Moçambique. *African Security Review*, 29(4), 369-383.

Folha de Maputo. (2018). Ossufo Momade indicado coordenador interino da Renamo. Folha de Maputo. Disponível em <https://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/ossufo-momade-indicado-coordenador-interino-da-renamo/> (Consultado a 24 de Junho de 2024).

Geffray, C. (1990). *La cause des armes au Mozambique - Anthropologie d'une guerre civile*. Paris: Karthala.

Government of Canada. (2019). *Implementation Guidance for the Vancouver Principles*. Ottawa: Government of Canada.

Hanlon, J. (1991). *Who calls the shots?* London: James Currey.

Honwana, A. (2006). *Child Soldiers in Africa*. University of Pennsylvania Press.

HUMANRIGHTSWATCH(2018). *O Próximo a Morrer": Violência Política e Repressão Policial em Moçambique*. Nova Iorque: Human Rights Watch. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2018/01/12/313287> (Consultado a 12 de Outubro de 2024).

Human Rights Watch. (2018). *Mozambique: Human Rights Violations in the Context of Military and Insurgency Operations*. Human Rights Watch Report.

IDMC (2020). *Global Report on Internal Displacement*.

Igreja, V. (2015). Os recursos da violência e as lutas pelo poder político em Moçambique. In *Desafios Para Moçambique 2015* (pp. 48-49). Maputo: IESE.

Igreja, V., Kleijn, W., & Richters, A. (2006). When the War Was Over, Little Changed: Women's Posttraumatic Suffering After the War in Mozambique. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, 194(7), 502-509.

IMD. (2023). *Estudo sobre a análise situacional da participação das mulheres nos processos de paz e DDR em Moçambique*. Maputo: IMD.

ISRI & MULEIDE. (2020). *Impacto dos conflitos armados na vida das mulheres e raparigas em Moçambique*. Lawyers Without Borders: Canada.

Kelly, J. T. (2010). Rape in War: Motives of Militia in DRC. *Journal of Political and Military Sociology*, 38(1), 101-121.

Machel, G. (1996). *Impact of Armed Conflict on Children*. New York: United Nations Children's Fund

(UNICEF).

Macuácu, J. (2018). Os jovens e o conflito armado em Moçambique: Perspectivas a partir da segunda guerra civil. *Revista Moçambicana de Ciências Sociais*, 2(1), 47-61.

Mapako, T. (2023). *War on Children: A Reflection of International Human Rights Law Protection of Children's Rights in the Mozambican Armed Conflict*.

Morier-Genoud, E. (2021). *Insurgência Jihadi em Moçambique: Origem, natureza e início*. Maputo: IESE. Disponível em [https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/03/Cadernos-21\\_EricM-G.pdf](https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/03/Cadernos-21_EricM-G.pdf) (Consultado a 24 de Junho de 2024).

Morier-Genoud, E., Cahen, M., & do Rosário, D. M. (Eds.). (2018). *The War Within: New perspectives on the civil war in Mozambique, 1976-1992 (NED-New edition)*. Boydell & Brewer. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/10.7722/j.ctt2111dhd> (Consultado a 17 de Abril de 2024).

Notícias. (2012). Dhlakama aquartela-se em Gorongosa mas reitera não à guerra. Notícias. Disponível em <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/arquivar?id=30:dhlakama-aquartelase-mas-reitera-nao-a-guerra&start=23980> (Consultado a 23 de Fevereiro de 2024).

Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) (2021). *Relatório sobre Direitos Humanos em Cabo Delgado*. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/violacoes-direitos-humanos-aumentaram-mocambique/4423611.html> (Consultado a 17 de Setembro de 2024).

Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Cruz Vermelha (2021). *Relatórios sobre deslocamento e abusos em Cabo Delgado*. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/violacoes-direitos-humanos-aumentaram-mocambique/4423611.html> (Consultado a 17 de Setembro de 2024).

Resolução n.º 42/2021. Aprova a Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos, abreviadamente designada por PEGDI. *Boletim da República*, 8 de Setembro de 2021, I Série, número 173.

Safe Schools Declaration (2015). *Safe Schools Declaration and Guidelines for Protecting Schools and Universities from Military Use during Armed Conflict*. Geneva: Global Coalition to Protect Education from Attack (GCPEA).

Savana (2014). *A limpeza que levou o País à guerra. Exército unificado só ficou com três generais vindos da Renamo*. Disponível em <https://debatesdevaneios.blogspot.com/2014/05/a-limpeza-que-levou-o-pais-guerra.html> (Consultado a 20 de Abril de 2024).

Savana. (2012). *Como forma de pressionar o Governo – Dhlakama na Serra de Gorongosa*. Savana. Disponível em [https://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2012/10/como-forma-de-pressionar-o-governo-dhlakama-na-serra-de-gorongosa.html](https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/10/como-forma-de-pressionar-o-governo-dhlakama-na-serra-de-gorongosa.html) (Consultado a 22 de Janeiro de 2024).

Save the Children (2019). *Stop the War on Children: Protecting Children in 21st-Century Conflict*.

Segal, M. W. (1995). *Funções militares das mulheres numa perspectiva comparada. Passado, Presente e Futuro*, 3(1), 15-43.

The Dallaire Institute for Children, Peace and Security. (2022). *Strategic Plan 2022-2025*. Halifax: Dalhousie University.

The Paris Principles. (2007). Principles and Guidelines on Children Associated with Armed Forces or Armed Groups. New York: UNICEF.

Thomashausen, A. (2020). Democracia Moçambicana antes e depois de Afonso Dhlakama. In Do Rosário, D., Guambe, E., & De Salema, E. (Orgs.), Democracia Multipartidária em Moçambique (pp. 211-230). Maputo: EISA.

UNHCR (2021). Global Trends: Forced Displacement in 2020.

UNICEF (2020). The State of the World's Children: Children, Food, and Nutrition.

UNICEF. (2019). Protecting the Rights of Women and Children in Conflict Zones: Mozambique Case Study. UNICEF Report.

United Nations (2009; 2013). The Six Grave Violations Against Children During Armed Conflict: The Legal Foundation. New York: UN.

United Nations Security Council (2000). Resolution 1325 on Women, Peace and Security. New York: UN.

United Nations. (1989). Convention on the Rights of the Child. New York: UN.

United Nations. (2023). Children and Armed Conflict: Report of the Secretary-General. A/77/895-S/2023/413. New York: UN.

Vancouver Principles on Peacekeeping and the Prevention of the Recruitment and Use of Child Soldiers. (2017).

Vines, A. (2019). As perspectivas de um acordo sustentável entre as elites em Moçambique: à terceira é de vez? Chatham House. Disponível em <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/2019-09-04-ElitePerspectivesMozambique-Portuguese.pdf> (Consultado a 28 de Fevereiro de 2024).

VOA (2018). Ossufo Momade vai residir na base da Tenamo na Gorongosa. Disponível em <https://www.voaportugues.com/a/ossufo-momade-vai-residir-na-base-da-renamo-na-gorongosa/4423611.html> (consultado a 18 de Janeiro de 2024).

Wessells, M. (2009). Child Soldiers: From Violence to Protection. Harvard University Press.

# Contacte - nos

---

Endereço:

(+258) 21 486043

E-mail: [iese@iese.ac.mz](mailto:iese@iese.ac.mz)

142 R. Macombe Makossa, Maputo

